

4 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX

Neste capítulo apresenta-se a evolução da economia brasileira do Século XVI ao Século XX com o objetivo de identificar os principais fatores que contribuíram para impulsionar ou restringir o processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Além disso, analisa-se o impacto do processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil sobre o Estado da Bahia ao longo de cinco séculos.

4.1 O BRASIL COMO ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA

Desde o período colonial até 1930, o Brasil centrou sua atividade econômica na produção de produtos primários para exportação. Durante esse período, houve três grandes ciclos de produção no Brasil – o da cana-de-açúcar, o do ouro e o do café – que, ao lado de outros sistemas produtivos de menor expressão, buscaram, no fundamental, suprir o mercado externo.

4.1.1 O Brasil durante o ciclo da cana-de-açúcar

Os principais centros de produção açucareira do Brasil (Mapa 12) se encontravam onde hoje se localizam os estados de Pernambuco, Bahia e São Paulo (São Vicente). A colonização no Brasil do Século XVI estava ligada fundamentalmente à indústria açucareira. Em sua fase inicial de colonização, Portugal encontrou na produção de cana-de-açúcar no Brasil e a Espanha, na extração de ouro de suas colônias da América do Sul e Central as fontes de riqueza que garantiam a manutenção de seus empreendimentos coloniais. No Brasil, a existência de uma economia de *plantation* está bastante relacionada com os interesses dos proprietários das melhores terras que lucravam enormemente com as culturas de exportação.

Foi esse processo que consolidou, do Brasil Colônia até o presente momento, o latifúndio, isto é, a grande propriedade rural, a vinculação dependente do país em relação ao exterior, a monocultura de exportação, a escravidão e suas conseqüências. No Brasil, a colônia de exploração prosperou graças ao sucesso comercial da produção da cana-de-açúcar. Essa, talvez, tenha sido uma das principais causas do insucesso na implantação da colônia de povoamento caracterizada pela existência da pequena e média propriedade dedicada ao autoconsumo e /ou ao mercado interno nos moldes da que se instalou nos Estados Unidos. A inviabilidade na implantação da colônia de povoamento no Brasil decorreu, também, do fato de que ‘em Portugal, a população era tão

insuficiente que a maior parte de seu território se achava ainda, em meados do Século XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava...” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.30)

MAPA 12
CENTROS PRODUTORES DE AÇÚCAR



Elaboração própria.

É preciso destacar que o processo de escravidão no Brasil foi o mais amplo e prolongado registrado nos últimos cinco séculos. “O sistema escravista viveu ao longo de quase 400 anos e a sua abolição não representou uma ruptura radical com ele. Além da escravização do índio, foram trazidos da África entre quatro a cinco milhões de negros...” (BRUM, 1888, p.145). Com efeito, para subsistir sem trabalho escravo, seria necessário que os colonos se organizassem em comunidades dedicadas a produzir para autoconsumo, o que só seria possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas daquela que foi implantada, o que significa dizer que o Brasil teria que se constituir em colônia de povoamento, como a dos Estados Unidos, ao invés de colônia de exploração.

Na economia açucareira, a renda gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos do empresário. A totalidade dos pagamentos aos fatores de produção mais os gastos com a reposição do equipamento e dos escravos importados expressava-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento das reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior.

A cooperação comercial e financeira holandesa foi fundamental para que o empobrecido e pequeno reino de Portugal continuasse como grande potência colonial na segunda metade do século XVII. O crescimento da produção do açúcar no Brasil foi considerável durante todo um século e se realizava sem que houvesse modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico. Cabe observar que crescimento significava, nesse caso, ocupação de novas terras e aumento das importações. O seu oposto, a decadência, vinha a ser a redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente.

A guerra que moveu a Holanda contra a Espanha no Século XVII, em sua luta pelo controle do açúcar, repercutiu profundamente no Brasil. Nesse período, houve a ocupação pelos holandeses, durante um quarto de século, de grande parte da região produtora de açúcar no Brasil. Durante sua permanência no Brasil, os holandeses adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira. Esses conhecimentos vão constituir a base para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe. Com a saída dos holandeses do Brasil, Portugal retomou o controle da produção açucareira, mas, com o desenvolvimento de uma indústria concorrente nas Antilhas, perdeu o monopólio que exercia anteriormente em conjunto com os holandeses do mercado mundial do açúcar.

Na segunda metade do século XVII, quando se desorganizou o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhana, os preços do açúcar se reduziram à metade. A economia açucareira do Nordeste do Brasil, que dependia fundamentalmente da procura externa, passou a enfrentar um processo de decadência resistindo por mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que permitiam as condições do mercado externo,

sem sofrer nenhuma modificação estrutural expressiva. Por sua vez, a economia mineira, que se expandiria no centro-sul do país, atraindo a mão-de-obra especializada e elevando os preços do escravo, reduziria ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira que entrou em uma letargia secular e só voltou a funcionar na plenitude ao surgirem novas condições favoráveis no início do século XIX.

Ressalte-se que a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes que poderia ter atuado como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do país. No entanto, a existência de um mercado interno pouco expressivo tendeu a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso dinâmico. Na Bahia, a economia açucareira não contribuiu para dinamizar o restante de suas regiões. Além disso, a evolução da economia nordestina brasileira estava condicionada pela fluidez de sua fronteira. A essa abundância de terras se deve a criação, no próprio Nordeste, de um segundo sistema econômico, dependente da economia açucareira, baseado na criação de gado em que a ocupação da terra era extensiva. Essa atividade econômica induzia a uma permanente expansão, fato esse que fez com que se transformasse em um fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro. Esse mesmo fenômeno se reproduziu também na Bahia.

Cabe observar que a criação do gado, pelo menos em sua fase inicial, tinha rentabilidade baixa e era uma atividade induzida pela economia açucareira. A mão-de-obra utilizada era fundamentalmente indígena. A renda gerada por essa atividade era proveniente da venda do gado no litoral e do couro para exportação. A condição fundamental para sua expansão era o aumento vegetativo da população animal e a disponibilidade de terras. Dada a natureza dos pastos do sertão nordestino, a carga que suportavam essas terras era extremamente baixa. Devido a esse fato, os rebanhos penetraram no interior cruzando o rio São Francisco e alcançando o rio Tocantins e, para o norte, o Maranhão no início do século XVII.

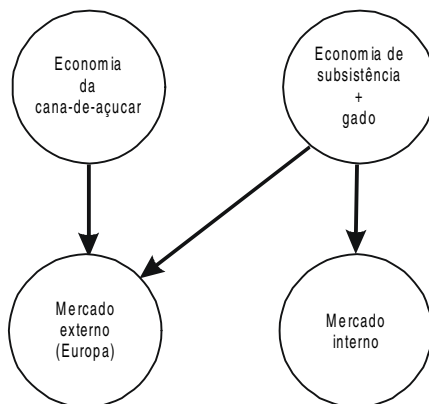
Ao contrário da economia açucareira, a criação de gado representava um mercado de ínfimas dimensões, restrito à própria subsistência de sua população. Segundo Oliveira (1981), era incontestável o fato de que essa economia pecuária nunca teve maior expressão na economia colonial, nem para o próprio Nordeste, nem para o resto da Colônia. Além disso, destaca o fato de que tal economia extensiva não podia dar lugar senão a uma estrutura social pobre, pouco diferenciada, cuja posição na estrutura de poder regional não chegava a ser notada (Figura 22).

(..) as formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina – o açucareiro e o criatório – no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do

século XVII, constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira.

(..) no longo período, que se estende do último quartel do século XVII aos começos do século XIX, a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real *per capita* de sua população declinou secularmente.

(..) dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o nordeste foi se transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. (FURTADO, 1967, p. 66-8; 70)



Elaboração própria.

Figura 22 – Sistemas econômicos do Brasil do Século XVI ao Século XVII e suas interações

Cabe ressaltar que a estagnação da produção açucareira na segunda metade do século XVII contribuiu decisivamente para que parte da população não-escrava ou livre fosse atraída pela fronteira móvel do interior onde se localizava a criação de gado. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira maior era a tendência à emigração populacional para o interior. As possibilidades da pecuária para receber novos contingentes de população, quando existia abundância de terras, eram bastante grandes. Em épocas de depressão da economia açucareira, havia também a intensificação do uso da pecuária em economia de subsistência. A penetração dos portugueses em pleno estuário do Prata, onde em 1680 fundaram a Colônia do Sacramento, constituiu assim outro episódio da expansão territorial do Brasil ligada às vicissitudes da etapa de decadência da economia açucareira.

4.1.2 O Brasil durante o ciclo do ouro

Ao adentrar o século XVIII, Portugal enfrentou a estagnação da produção açucareira no Brasil com a Metrópole em crise em um contexto mundial desfavorável. Diante deste problema, os governantes portugueses compreenderam no final do século XVII que a única saída para a manutenção de sua colônia estava na descoberta de metais preciosos. Neste sentido, contaram

com os conhecimentos do interior do Brasil que possuíam os homens do planalto de Piratininga. Assim, “somente a partir de 1694 começaram a ser descobertas ricas minas de ouro no Brasil. E, algumas décadas depois (1729), também diamantes” (BRUM, 2002, p.136).

(..) estado de prostração e pobreza em que se encontravam a Metrópole e a colônia explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros dec nios do século XVIII. De Piratininga a popula o emigrou em massa, do nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil (FURTADO, 1967, p. 79-80).

A base geográfica da economia mineira estava situada numa vasta região compreendida entre a Serra da Mantiqueira, no atual Estado de Minas Gerais, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás, conforme está apresentado no Mapa 13. A economia mineira no Brasil oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados porque, ao contrário do que ocorria com a explora o da prata no Peru e no México, o metal de aluvião era encontrado depositado no fundo dos rios.

MAPA 13
BRASIL – ECONOMIA MINEIRA



Elabora o própria.

Embora a base da economia mineira fosse o trabalho escravo, ela se diferenciava enormemente da economia açucareira, na qual, abaixo da classe reduzida de senhores de engenho ou grandes proprietários de terras, nenhum homem livre lograva alcançar uma verdadeira expressão social. Os escravos em nenhum momento chegaram a constituir a maioria da população na economia mineira. Além disso, a forma como se organizava o trabalho permitia que o escravo tivesse mais iniciativa e que circulasse num meio social mais complexo. Muitos escravos chegavam a trabalhar por conta própria abrindo a possibilidade de comprar a própria liberdade.

A economia mineira abriu um novo ciclo de desenvolvimento para todas elas ao elevar substancialmente a rentabilidade da atividade pecuária, induzindo a uma utilização mais ampla das terras e rebanhos, fazendo com que essas regiões se tornassem interdependentes, especializadas umas na criação, outras na engorda e outras constituindo os principais mercados consumidores. ‘É um equívoco supor que foi a criação de gado que uniu essas regiões. Quem as uniu foi a procura de gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira’. (FURTADO, 1967, p. 84)

A economia mineira possibilitou, portanto, uma efetiva articulação entre as diferentes regiões do sul do país. A pecuária do sul do país passou por uma grande revolução ao alcançar o gado preços excepcionalmente altos. O gado do nordeste se deslocou, também, em direção ao mercado da região mineira, acarretando a elevação de seus preços nos engenhos de açúcar. Devido a sua localização distante do litoral, dispersa e em região montanhosa, a população mineira dependia de um complexo sistema de transporte constituído por mulas, o que deu margem à criação de um grande mercado para animais de carga. A economia mineira se constituiu, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade.

A exportação de ouro do Brasil cresceu em toda a primeira metade do Século XVIII, alcançando o apogeu entre 1750 e 1760. A economia mineira proporcionou uma renda média inferior à da economia açucareira na sua etapa de maior prosperidade. Apesar disso, seu mercado apresentava potencialidades muito maiores. Suas dimensões eram superiores, as importações eram menores, a renda era menos concentrada e a população livre era muito maior do que aquela existente na economia açucareira. A estrutura do mercado era diferente

da existente na economia açucareira, porquanto nela ocupava um lugar mais significativo os bens de consumo corrente e, ao contrário, os artigos de luxo. Além disso, pelo fato das regiões mineiras estarem distantes do litoral encarecia os artigos importados criando, dessa forma, as condições propícias ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno.

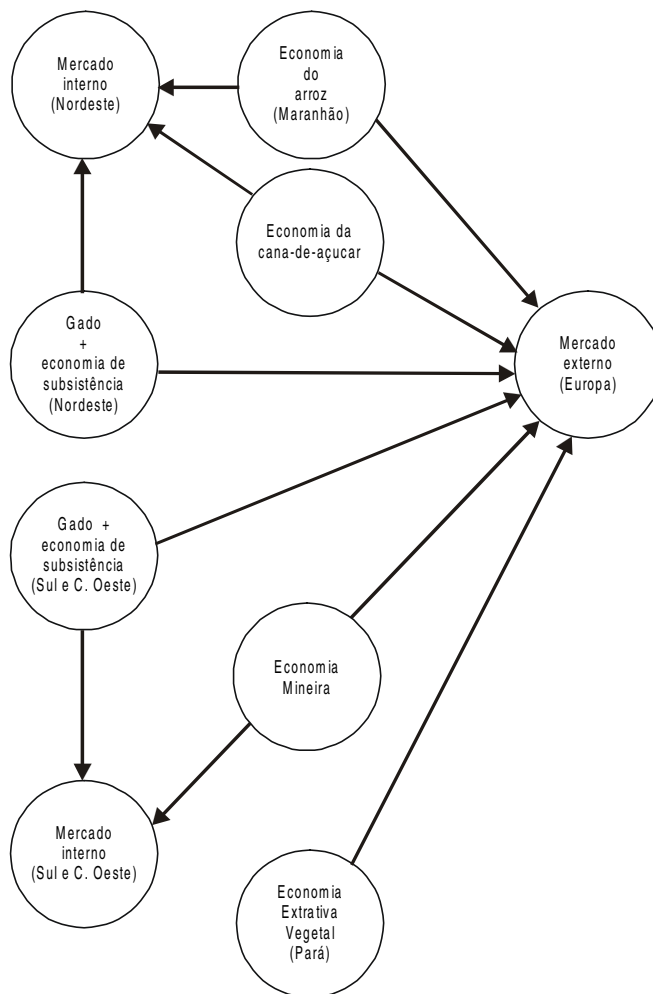
No entanto, o desenvolvimento endógeno com base no próprio mercado da região mineira não se realizou por várias razões: 1) a incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras; 2) a falta de desenvolvimento manufatureiro em Portugal cujas técnicas poderiam ser transferidas ao Brasil; 3) o acordo de Methuen em 1703 entre Portugal e a Inglaterra que fez com que Portugal retirasse o embargo às importações de tecidos ingleses. Enquanto a Inglaterra foi o único país da Europa a fomentar o desenvolvimento manufatureiro antecedendo à Revolução Industrial, Portugal transformou-se numa dependência agrícola dos britânicos. Essa é certamente uma das causas do atraso econômico do Brasil em relação aos países líderes do capitalismo mundial.

Nos últimos 25 anos do século XVIII, a economia brasileira se apresentava com um conjunto de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados (Figura 23 e Mapa 14). As articulações se processavam em torno de dois pólos principais: as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro estava a pecuária nordestina e, ao núcleo mineiro estava o *hinterland* pecuário sulino que se estendia de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Esses dois sistemas ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia-distância a que se encontrava entre o nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens. No norte, estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Esse último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão-de-obra indígena. O Maranhão, apesar de constituir um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da atividade pecuária.

Os três principais centros econômicos (a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão) se interligavam de forma tênue através da atividade pecuária. Desses três sistemas, foi o Maranhão que apresentou uma efetiva prosperidade no final do século XVIII devido à produção do arroz, ao

se aproveitar da exclusão das colônias inglesas da América do Norte do mercado mundial do produto, em razão da guerra de independência dos Estados Unidos. Fora o Maranhão, o restante da economia colonial enfrentava uma crise profunda nos últimos decênios do século XVIII. A própria Bahia sofria as conseqüências da crise da economia açucareira.



Elaboração própria.

Figura 23 – Sistemas econômicos do Brasil no Século XVIII e suas interações

Nos últimos 25 anos do século XVIII, vários acontecimentos externos trouxeram grandes repercussões no mercado mundial de produtos tropicais, como foram os casos, por exemplo, da guerra de independência dos Estados Unidos, que favoreceu a produção de arroz no Maranhão, e a Revolução Francesa, que contribuiu para o colapso na produção do açúcar do Haiti abrindo uma nova etapa de prosperidade para o açúcar brasileiro. Entretanto, essa prosperidade era precária porque se baseava em situações anormais que prevaleciam no mercado mundial.

MAPA 14
BRASIL – CENTROS PRODUTORES NO SÉCULO XVIII



Elaboração própria..

O início do século XIX é caracterizado pelo declínio da produção do ouro ao qual se seguiu uma rápida e geral decadência da região mineira. Todo o sistema produtivo se atrofiou perdendo vitalidade até se desagregar numa economia de subsistência. Os acontecimentos políticos do continente europeu no final do século XVIII, como as guerras napoleônicas, o bloqueio e o contra-bloqueio da Europa, aceleraram a evolução política do Brasil com a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro. Foi promovida a abertura dos portos do Brasil em 1808 pelo Rei de Portugal, D. João VI, beneficiando exclusivamente os ingleses, no início do século XIX. Em 1815, o Brasil se tornou Reino Unido a Portugal e Algarves e, em 1816, ocorreu a anexação do Uruguai, com o nome de Província Cisplatina cuja independência aconteceria em 1889.

As lutas que se desenvolveram em todo o Brasil pela independência em relação a Portugal, a desarticulação do vasto império espanhol nas Américas resultante da luta dos povos por ele

colonizados e da ingerência britânica e a independência dos Estados Unidos fizeram com que a monarquia portuguesa identificasse a necessidade de conceder a emancipação política ao Brasil, o que ocorreu em 7 de setembro de 1822. Ressalte-se que a forma em que se deu a emancipação política não possibilitou a conquista da verdadeira independência do Brasil. Assim,

a Independência foi pouco mais que um arranjo político de cúpula: manteve-se o regime monárquico, e o herdeiro do trono português tornou-se Imperador do Brasil; manteve-se a mesma estrutura econômica e o sistema escravista, com uma estrutura social dicotomizada e acentuada discriminação (BRUM, 2002, p.153).

A própria classe dominante radicada no Brasil, representada pelos senhores da grande agricultura de exportação, não estava satisfeita com a situação então vigente porque tinha consciência clara de que Portugal representava um entreposto oneroso e de que a colônia necessitava urgentemente de liberdade de comércio, que se traduziria em baixa de preços das importações, maior abundância de suprimentos e facilidades de crédito.

Após a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, os senhores da grande agricultura de exportação entraram em conflito com a Inglaterra pelo fato de os ingleses não abrirem seus mercados aos produtos brasileiros, além de gozarem das vantagens propiciadas pelos tratados de 1810, assinados por D. João VI na época colonial, que dava a eles o direito de extraterritorialidade e tarifas preferenciais. Acresce-se a esses fatos, o temor da classe dominante brasileira de uma forte elevação dos custos de seus produtos de exportação devido à suspensão da importação de escravos defendida pelo governo britânico que, escudado em fortes razões morais e impulsionado pelos interesses antilhanos que viam na persistência da escravatura brasileira o principal fator de depressão do mercado do açúcar, usou todos os meios a seu alcance para terminar com o tráfico transatlântico de escravos.

Durante o século XIX, o governo brasileiro enfrentou grande escassez de recursos porque as facilidades concedidas à Inglaterra impediam que ele aumentasse sua arrecadação do imposto de importação, vendo então sua autoridade reduzida em todo o país. Várias rebeliões armadas eclodiram no norte e houve uma prolongada guerra civil no extremo sul, como reflexo do processo de empobrecimento e de dificuldades econômicas e políticas existentes no Brasil. No período 1835–1845, ocorreram várias insurreições populares em várias províncias, entre as quais a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no Rio Grande do Sul.

4.1.3 O Brasil durante o ciclo do café

No meio desses problemas, o café começa a surgir como a nova fonte de riqueza para o Brasil. Já na década de 30 do século XIX, o café passa a ser o principal produto de exportação. Cabe observar que, decorridos três quartos de século, a característica dominante da economia brasileira era a estagnação ou a decadência. A instalação de um rudimentar sistema administrativo, a criação de um banco nacional e umas poucas iniciativas governamentais, ao lado da preservação da unidade nacional, foi o resultado desse longo período de dificuldades.

As possibilidades de que as exportações tradicionais do Brasil voltassem a se recuperar eram remotas. O mercado do açúcar era cada vez menos promissor para o Brasil devido ao surgimento do açúcar da beterraba e a entrada de Cuba como produtor mundial. O algodão, segundo produto de exportação do Brasil no começo do século XIX, cuja produção se intensificou em algumas regiões, como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, tinha uma situação pior ainda, devido à concorrência norte-americana. Por sua vez, o fumo, os couros, o arroz e o cacau eram produtos menores. O café, que foi introduzido no Brasil no final do século XVIII e embora fosse cultivado em toda parte para fins de consumo local, adquiriu importância comercial quando ocorreu a alta de preços provocada pela desorganização do grande produtor mundial que era o Haiti.

Dez anos após a independência, o café já se colocava em terceiro lugar como produto de exportação do Brasil, atrás do açúcar e do algodão, passando para primeiro lugar 20 anos após. Desse modo,

a economia mercantil-escravista cafeeira nacional é obra do capital mercantil nacional, que se viera formando, por assim dizer, nos poros da colônia, mas ganhara notável impulso com a queda do monopólio do comércio metropolitano e com o surgimento de um muito embrionário sistema monetário nacional, conseqüências da vinda, para o Brasil, da Família Real, o passo decisivo para a formação do Estado Nacional (MELLO, 1982, p. 54).

Ao transformar-se o café em produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país, o Rio de Janeiro. Nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão-de-obra em conseqüência da desagregação da economia mineira. Por outro lado, a proximidade do porto permitia solucionar o problema do transporte lançando mão do veículo que existia em abundância: a mula. Ressalte-se que a economia cafeeira, implantada inicialmente na região que compõe os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, em pequena escala, São Paulo, permitiu a

utilização intensiva da mão-de-obra assemelhando-se, desse modo, com a açucareira, mas com a vantagem de requerer um menor grau de capitalização. Organizada com base no trabalho escravo, a empresa cafeeira apresentava menores custos de produção do que a empresa açucareira.

A classe de empresários do café se formou com homens da região próxima à cidade do Rio de Janeiro que era o principal mercado de consumo do país. Comparando a formação da classe dirigente das economias açucareira e cafeeira constatam-se algumas diferenças fundamentais. Segundo Furtado (1967), na época da formação da classe dirigente açucareira, as atividades comerciais eram monopólio de grupos situados em Portugal ou na Holanda. As atividades de produção e de comercialização eram separadas. Assim isolados, os homens que dirigiam a produção açucareira não puderam desenvolver na plenitude suas funções econômicas. Na economia cafeeira, os interesses da produção e da comercialização estiveram entrelaçados e, desde cedo, a classe dos cafeicultores compreendeu, também a enorme importância de ter o governo como instrumento de ação econômica. Por essa consciência clara de seus interesses, eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos (FURTADO, 1967, p. 123 e 124).

Na segunda metade do século XIX, não obstante a permanente expansão do setor de subsistência, a inadequada oferta de mão-de-obra constituiu o problema central da economia brasileira. A questão da mão-de-obra se agravou e passou a exigir urgente solução com a eliminação da única fonte importante de imigração, que era a africana, com base na assinatura da lei Áurea de libertação dos escravos pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888.

A partir dos anos 60, a questão da oferta de mão-de-obra tornou-se particularmente séria. A melhora nos preços do café fazia mais e mais atrativa a expansão da cultura; por outro lado, a grande alta dos preços do algodão provocada pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos dera início a uma grande expansão da cultura da fibra nos estados do norte, restringindo-se em consequência o tráfico de escravos para o sul. A pressão dos acontecimentos exigia medidas urgentes.

Entre outras medidas, tomou-se a decisão de atrair imigrantes do sul da Itália, que enfrentava sérios problemas sociais resultantes de sua unificação política em 1870. Além da imigração italiana, houve também uma outra corrente migratória interna da região nordestina para a amazônica, atraída pela produção da borracha que, no final do século XIX e início do século XX, transformou-se na matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado

mundial. Na região central do país, onde floresceu a economia mineira, a população se deslocou a grandes distâncias em face da escassez de boas terras. Formou-se uma corrente migratória em direção a São Paulo bem antes da implantação da lavoura cafeeira e às terras irrigadas do Triângulo Mineiro e ao Mato Grosso.

Na segunda metade do século XIX, a economia brasileira estava dividida em três setores principais (Mapa15): 1) constituído pela economia do açúcar e do algodão e pela vasta zona de economia de subsistência a ela ligada; 2) formado pela economia de subsistência do sul do país; 3) a economia cafeeira. O primeiro desses sistemas se estendeu do Maranhão até Sergipe, o segundo foi constituído pelos atuais estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso e, o terceiro, pelos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.



Elaboração própria..

Além desses três sistemas (Figura 24), é preciso destacar também a existência de duas regiões de grande importância econômica: a Bahia e a Amazônia. A Bahia teve sua economia profundamente modificada com o advento da produção do cacau, que se iniciou na segunda

metade do Século XIX no sul do estado, fora, portanto, da região de Salvador e do Recôncavo onde a atividade primário-exportadora sempre esteve concentrada. Além disso, outro produto tradicional de exportação da Bahia — o fumo — apresentou relativa recuperação.

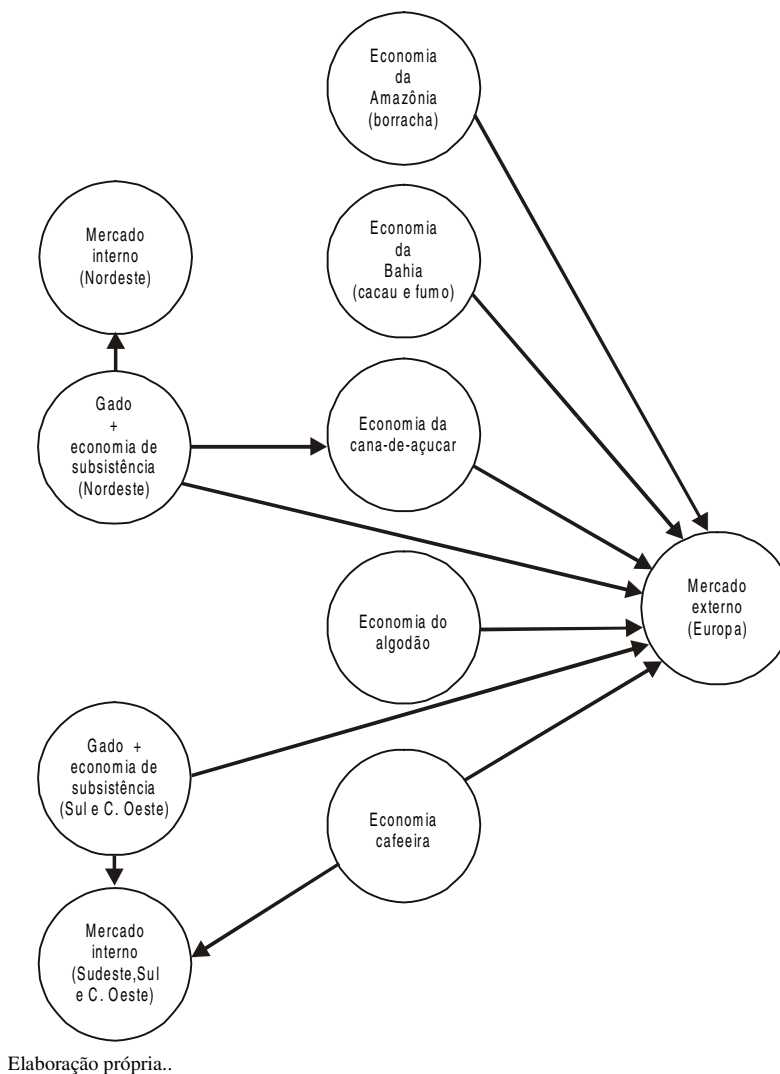


Figura 24 – Sistemas econômicos do Brasil no Século XIX e suas interações

Ressalte-se que a produção açucareira para exportação já havia praticamente desaparecido nessa época, na Bahia. Por sua vez, a região amazônica, que também não foi considerada entre os três sistemas acima descritos, apresentou grande crescimento nas exportações, especialmente com a produção da borracha.

Pode-se afirmar que três fatos foram altamente relevantes para a economia brasileira nos últimos 25 anos do século XIX: 1) o aumento da importância relativa do trabalho assalariado; 2) a gestação do mercado interno; 3) o controle de três quartos da oferta mundial do café pelo

Brasil. A renda gerada pela economia cafeeira permitia remunerar os proprietários, os assalariados e o governo. A expansão da atividade cafeeira fez com que houvesse o aumento da massa de salários, fato que contribuiu para que a massa de salários pagos no setor exportador se constituísse no núcleo de uma economia de mercado interno que estava sendo gestada no Brasil. A renda dos empresários era, por sua vez, utilizada em investimentos na expansão da cafeicultura e no consumo, especialmente de produtos importados.

A incapacidade do governo imperial de dotar o país de um sistema monetário adequado levou a crescentes divergências entre suas diversas regiões. Nos últimos anos do século XIX, as divergências regionais se acentuaram. As necessidades de ação administrativa no campo dos serviços públicos, da educação e da saúde, da formação profissional, da organização bancária, etc. no sul do país eram cada vez maiores. O governo imperial demonstrava escassa insensibilidade na solução desses problemas.

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 tomou, em consequência, a forma de um movimento de reivindicação da autonomia regional. Aos novos governos estaduais coube um papel fundamental no campo da política econômico-financeira nos primeiros 20 anos da vida republicana. O governo provisório, ao conceder o poder de emissão a inúmeros bancos regionais, promoveu uma grande expansão do crédito em todo o país gerando uma febril atividade econômica como jamais se conhecera no Brasil.

A grande depreciação cambial do último decênio do século, provocada pelo governo provisório devido à expansão descontrolada do crédito, criou forte pressão sobre os assalariados, especialmente nas zonas urbanas, gerando intranquilidade social caracterizada por inúmeros levantes militares. Nessa época, o governo central passou a enfrentar pressões de outros grupos sociais, além daquele ligado ao setor agro-exportador. Trata-se da classe média urbana, representada por empregados do governo, civis e militares, e do comércio, os assalariados urbanos e rurais, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as empresas estrangeiras que exploram serviços públicos e os nascentes grupos industriais.

Teve início, assim, um período de tensões entre os dois níveis de governo — estadual e federal — que se prolongou pelos primeiros decênios do século XX. Mas “à abolição da escravidão, apenas formal, e a proclamação da República, por um golpe militar, no final do penúltimo decênio do Século XIX, também não chegaram a abalar as estruturas arcaicas do passado colonial” (BRUM, 1999, p.160).

O Brasil se caracteriza no início do século XX com a Amazônia, vivendo ainda a fase áurea da extração da borracha, o Nordeste encontrando-se em crise desde o século XVII com o açúcar e o algodão, seus principais produtos de exportação marginalizados no mercado internacional, e o Extremo Sul centrando sua atividade econômica na produção e no beneficiamento da erva-mate no Paraná e em Santa Catarina e na produção do charque e no beneficiamento do couro no Rio Grande do Sul para o suprimento do mercado interno. Minas Gerais produzia café, além de exportar gado vivo e laticínios para os Estados vizinhos. Por sua vez, Rio de Janeiro e São Paulo eram os principais produtores de café do país.

O Século XX começou no Brasil com a crise da economia cafeeira devido à superprodução. Para evitar a queda do preço do café no mercado internacional, o governo brasileiro procurou desencorajar a produção e interveio para comprar os excedentes obtendo, para tanto, empréstimos no exterior. O serviço desse empréstimo seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada. O êxito financeiro da experiência consolidou a vitória dos cafeicultores e reforçou o seu poder no governo central por mais de um quarto de século até 1930.

Cano (1998) ressalta que os planos de valorização do café, instituídos em 1906, 1917 e 1921, atingiram resultados excelentes, fazendo com que a partir de 1922 o governo federal elaborasse uma “Política de Defesa Permanente” do café, que muito contribuiu para que ocorressem as supersafras de 1927/28 e de 1929/30. No entanto, essa política só conseguiu manter os preços do café até setembro de 1929. A partir desse momento, dois eventos precipitaram os preços para uma baixa significativa: o primeiro, o governo federal, no esforço de combater a inflação e estabilizar o câmbio, deixou de socorrer a economia cafeeira, gerando clima de desconfiança e, o segundo, a eclosão da crise da Bolsa de Nova York.

Pode-se dizer que

o modelo agrário-exportador que prevaleceu no Brasil do período colonial até 1930 tinha como principais interessados na sua manutenção a classe de latifundiários e os setores agro-exportadores. Este modelo se esgotou em consequência da crise econômica mundial, que afetou profundamente as exportações do Brasil para o mercado internacional a partir do crack da Bolsa de Nova Iorque em 1929, da emergência de uma burguesia industrial comprometida com a modernização do país e o desenvolvimento nacional e da crise política resultante da eleição fraudulenta para a sucessão do então presidente Washington Luís que redundou na Revolução de 30 e na ascensão ao poder de Getúlio Vargas. (ALCOFORADO, 2000, p. 101)

em 1932, com a Revolução Constitucionalista de São Paulo, o governo federal pareceu desarmado e decidiu ajudar os agricultores paulistas, comprando todo o café para queimar. Foi a maior fogueira do mundo: durante dez anos 80 milhões de sacas de café foram incineradas. Mas foi essa destruição que criou o fluxo de renda, que é

que se chama de demanda efetiva. E esse fluxo de demanda sustentou a economia, que começou a andar sozinha. E andou sozinha foi porque utilizou a capacidade ociosa existente. (FURTADO, 1999, p.74)

Ressalte-se que, nos anos de depressão, ao mesmo tempo em que se contraíam as rendas monetária e real, subiam os preços relativos das mercadorias importadas, conjugando-se os dois fatores para reduzir a procura de importações. Nessa etapa de depressão, passou a ser relevante a procura interna. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passou a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Criou-se, em conseqüência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação do capital. A precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam.

Desse modo

no período 1929/33 se altera o caráter principal do antigo padrão de acumulação (o “modelo primário-exportador” ou “de desenvolvimento para fora”). Ou seja: a dominância que as exportações exerciam sobre a determinação do nível e do ritmo da atividade econômica do país passaria a segundo plano. (CANO, 1998, p. 172)

A partir desse momento, seria a indústria o principal determinante do nível de atividade, do que resultou o “deslocamento do centro dinâmico” da economia nacional. Pode-se afirmar que a industrialização brasileira foi uma das mais bem-sucedidas do mundo, sendo hoje o país um dos dez maiores sistemas industriais do planeta. Tomou-se por base o princípio de que o essencial é apoiar-se no mercado interno potencial.

4.2 O BRASIL COMO ECONOMIA PREDOMINANTEMENTE INDUSTRIAL

4.2.1 O Brasil e a industrialização durante os governos de Getúlio Vargas

Nesse período,

o modelo agrário-exportador foi substituído pelo modelo nacional-desenvolvimentista depois da Revolução de 30, quando Getúlio Vargas sobe ao poder e inicia o período de industrialização no Brasil. Vargas baseou sua administração nos preceitos do populismo, nacionalismo e trabalhismo. A política econômica passou a valorizar o mercado interno, o que favorecia o crescimento industrial e, conseqüentemente, o processo de urbanização. A Era Vargas marca, portanto, a mudança dos rumos da República, transferindo o núcleo do poder político da agricultura para a indústria. (ALCOFORADO, 2000, p. 101)

Cano (1998), por sua vez, afirma que o capitalismo brasileiro que nasceu com o assalariamento da economia cafeeira do Oeste Paulista em 1880 só poderia se desenvolver necessariamente com a integração do mercado nacional e, para tanto, não poderia mais o Estado permitir que prevalecessem os interesses regionais como estava ocorrendo desde a proclamação da República. Integrar o mercado nacional com o desenvolvimento prioritário da indústria, eis a questão. Essa era a única opção do Brasil para não estagnar

Ainda considera que “o capital industrial sediado basicamente em São Paulo, sendo o elemento dominante no novo padrão de acumulação, também seria dominante na propagação de seus efeitos” (CANO, 1998, p. 177). A disponibilidade de capital em São Paulo foi decisiva para que esse Estado assumisse a liderança do processo de acumulação de capital no Brasil e ampliasse as desigualdades regionais. Acrescenta que

integrar o mercado interno requeria a eliminação, se possível, de todas as barreiras existentes à movimentação econômica entre as regiões do país. Mais que isso seria aumentar o grau de interdependência regional através de um significativo aumento da complementaridade econômica inter-regional. (CANO, 1998, p. 177)

A extinção dos impostos interestaduais que incidiam sobre o comércio de mercadorias entre os estados e a melhoria e ampliação dos sistemas de transporte eram as barreiras que precisavam ser eliminadas para viabilizar a integração do mercado interno no Brasil. Com a eliminação das barreiras à integração nacional, ampliou-se consideravelmente o comércio entre as diversas regiões do país, especialmente entre São Paulo e o restante do país de 1928 a 1939.

A política econômica do governo federal e o investimento público possibilitaram ao capital a remoção das principais barreiras à integração do mercado nacional. O centralismo do período de Vargas abriu o caminho à completa unificação do mercado interno, o que era tanto mais importante quanto o elemento motor da economia passava a ser a atividade industrial. Foi graças a esse impulso centralizador que o Brasil se dotou definitivamente de um mercado interno integrado e capaz de autogerar o seu crescimento.

Até 1930, era insignificante a participação da indústria na economia brasileira. A Primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930 criaram as condições para o início do processo de ruptura do Brasil com o passado colonial e a decolagem do processo de industrialização do país. As forças políticas que assumiram o poder no Brasil em 1930 apoiaram e implementaram um projeto de industrialização com o objetivo de retirá-lo do atraso econômico e impulsioná-lo rumo ao progresso com a implantação de um parque

industrial próprio, nos moldes das nações européias e dos Estados Unidos. Foi a primeira vez na história do Brasil que um governo fez semelhante opção.

Para Brum (1984), a afirmativa de que a Primeira Guerra Mundial funcionou como fator de impulso da industrialização porque rompeu com as relações tradicionais de troca (exportação de produtos primários e importação de produtos elaborados) e porque provocou, também, a suspensão da entrada de capitais estrangeiros. Assim, o mercado interno ficou livre para a iniciativa nacional. Considera ainda que

a crise do café, agravada bruscamente com a falência da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, comprova definitivamente a vulnerabilidade e a inviabilidade da monocultura exportadora como sustentáculo da economia. Por seu turno, a Revolução de 1930, ao traduzir o declínio do latifúndio, marca a ascensão da burguesia rumo ao poder. Processa-se a adequação do aparelho estatal, até então dominado pelas oligarquias voltadas para o exterior, aos novos interesses voltados para o mercado interno e a expansão do capitalismo no Brasil. (BRUM, 1984, p. 52)

Em 1930, torna-se vitoriosa a ideologia do nacionalismo: desenvolvimento autônomo com forte base industrial. A industrialização se desenvolveria através do processo de substituição de importações, isto é, produzindo no país o que antes era importado do exterior. Na primeira fase da industrialização de 1930 a 1940, a ênfase foi na produção de bens de consumo imediato (bens não-duráveis). Assim,

germinam o artesanato, pequenas fábricas e indústrias de médio porte em todos os pontos habitados do país, onde há razoável demanda dos consumidores, com maior ênfase nos centros mais populosos e onde é maior a presença de imigrantes europeus, que têm algum conhecimento desse tipo de atividade econômica. (BRUM, 1984, p. 54)

O autor acrescenta ainda que os principais ramos da indústria brasileira eram os de alimentação, vestuário (tecidos, calçados, chapéus, etc.), utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, equipamentos simples, bens de uso caseiro, bebidas, etc. A dianteira do processo de industrialização é assumida por São Paulo e pelo Rio de Janeiro.

Ressalte-se que até a década de 1930, o governo brasileiro teve pouco interesse em planejar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização do país e

nas décadas de 1930 e 1940, tornou-se mais freqüente a realização, tanto por estrangeiros como por naturais do país, de estudos e pesquisas sobre a estrutura econômica do Brasil, com propósitos de influir na direção do seu desenvolvimento. Um dos primeiros a vir à luz, nos anos 30, foi o Relatório Niemeyer, publicado em 1931 e preparado por Sir Otto Niemeyer, convidado pelo governo a visitar o Brasil, a fim de estudar a precária situação econômica do país e sugerir medidas para superar a crise provocada pela depressão. (BAER, 1983, p. 25)

No *Relatório Niemeyer* consta que a principal fraqueza do país consistia em apoiar-se na exportação de um ou dois produtos agrícolas. Essa seria a razão para a crise atingir o Brasil com maior violência do que outros países. Niemeyer concluiu que as autoridades brasileiras deveriam diversificar a estrutura econômica do Brasil que só abrangia a agricultura e não recomendou nenhum programa de industrialização. Esse relatório dedica-se, também, a criticar as finanças públicas brasileiras e a indicar métodos para reestruturá-las.

Cabe destacar alguns fatos políticos que foram marcantes na década de 1930. A realização da Assembléia Nacional Constituinte em 1934, que legitimou as instituições existentes a partir dessa época, a eclosão do movimento revolucionário dirigido pelos comunistas em 1935, que foi esmagado pelo governo federal, e o golpe de estado posto em prática pelo então presidente Getúlio Vargas, que implantou o Estado Novo em 1937 e instaurou uma ditadura no Brasil, mantida até 1945.

Em 1942 e 1943 foi feita a análise da economia brasileira pela *Missão Cooke* constituída por técnicos norte-americanos e patrocinada conjuntamente pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, teve como objetivo avaliar a contribuição do Brasil ao esforço de guerra, ao lado das forças aliadas.

(..) seu trabalho representou a primeira pesquisa analítica e sistemática feita a respeito da economia brasileira com o objetivo de formular um programa de ação. Empreendeu-se pela primeira vez uma análise econômica do ponto de vista regional, dividindo-se o país em três regiões distintas (Nordeste, Centro-Norte e Sul). (BAER, 1983, p. 26)

A principal conclusão da *Missão Cooke* foi de que o esforço principal deveria ser concentrado no desenvolvimento do Sul do país, uma vez que essa parte do Brasil reunia as melhores condições para um rápido crescimento econômico com base na premissa de que, a partir desse núcleo de desenvolvimento, o crescimento difundir-se-ia inevitavelmente pelas demais regiões. Vê-se portanto que “a missão analisou os fatores que possibilitariam ao Sul do país alcançar maior grau de desenvolvimento, e especialmente industrializar-se” (BAER, 1983, p. 26). Uma das recomendações da missão foi a de que a tarefa básica de industrializar o país deveria ser deixada à iniciativa privada, dedicando-se o governo brasileiro ao planejamento industrial geral, a facilitar o crédito industrial e a proporcionar mais ensino técnico.

(..) a causa imediata do esforço de industrialização que se seguiu à II Guerra Mundial foi semelhante à de outras situações que, anteriormente, haviam provocado surtos de desenvolvimento industrial – ou seja, dificuldades no setor externo da economia – mas sua característica principal foi bem diversa da apresentada por outros períodos. A diferença básica consistiu em ter a industrialização deixado de ser

um expediente ocasional para transformar-se em uma decidida política no sentido de modificar drasticamente a estrutura da economia brasileira. (BAER, 1983, p. 29)

(..) o surto de industrialização posterior à II Guerra Mundial foi, inicialmente, conseqüência das medidas adotadas para enfrentar as dificuldades do balanço de pagamentos. Somente aos poucos (isto é, na década de 50), tais medidas converteram-se em instrumentos conscientes para promover a formação de um complexo industrial. (BAER, 1983, p. 42)

Depois da Segunda Guerra Mundial, foi realizada a primeira tentativa de planejamento por parte do governo brasileiro com a elaboração do Plano SALTE, cuja sigla significa saúde, alimentação, transportes e energia, que deveria vigorar de 1950 a 1954.

(..) não se tratava de um plano econômico completo, mas de um plano quinquenal de dispêndio público nos quatro setores que acabamos de mencionar. Pode ser encarado como uma reação à ênfase dada pela *Missão Cooke* à necessidade de industrialização e ao surto generalizado de desenvolvimento industrial do período de guerra, que tornava a economia cada vez mais defasada em outros setores (como nos transportes, energia, suprimento alimentar e saúde), fazendo aparecer inúmeros pontos de estrangulamento. (BAER, 1983, p. 32)

Baer (1983) afirma ainda que a aplicação do Plano SALTE não resistiu a mais de um ano, devido à fragilidade dos métodos utilizados para implementá-lo, especialmente em face das dificuldades financeiras.

Segundo Furtado (1967), ao liberarem-se as importações após a Segunda Guerra Mundial e ao regularizar-se a oferta externa, o coeficiente de importações subiu bruscamente gerando desequilíbrios que só foram superados com a introdução pelo governo federal de uma série de controles seletivos de importações e acrescenta que se trata de uma resolução que teve importância básica na intensificação do processo de industrialização. Criou-se, dessa forma, uma conjuntura altamente favorável às inversões nas indústrias ligadas ao mercado interno, conjuntura essa responsável pelo aumento da taxa de capitalização e pela intensificação do processo de crescimento que se observou no pós-guerra.

A partir de 1940, as vendas no mercado interno passaram a superar as internacionais e

a continuação do aprofundamento da industrialização brasileira, que se processa no primeiro quinquênio da década de 50, acompanhada de folga relativa no balanço de pagamentos do país, foi responsável pelo aumento menos intenso das trocas inter-regionais em relação às importações do exterior. (CANO, 1998, p. 202)

Acrescenta o autor que o aprofundamento da industrialização teria contribuído também para o incremento das importações de novos e mais complexos produtos.

Os principais acontecimentos políticos da década de 1940 foram a deposição de Getúlio

Vargas pelas Forças Armadas em 1945 e a realização de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1946 quando foram estabelecidas as bases de uma nova convivência democrática no Brasil. A deposição de Vargas através de um golpe de estado ocorreu após o fim da Segunda Guerra Mundial, para atender às pressões de setores da sociedade brasileira que consideravam uma incongruência a manutenção do regime ditatorial após a vitória das forças democráticas do mundo inteiro contra a ditadura nazi-fascista e dos Estados Unidos que desejavam que o Brasil tivesse um governo mais afinado com seus interesses, como o do presidente Eurico Dutra, eleito em 1946.

O Brasil foi governado, na primeira metade da década de 50, pelo presidente Getúlio Vargas, que galgou o poder pela via eleitoral e, ao imprimir ao seu governo a mesma política de caráter populista e nacionalista adotada de 1930 a 1945, passou a ser alvo do governo norte-americano e de seus aliados internos, que o queriam fora do poder. A deposição de Getúlio Vargas em 1945 e o seu suicídio em 1954 foram conseqüências desse processo. Naquele momento histórico, em plena Guerra Fria, era de fundamental importância para os Estados Unidos, no seu confronto com a ex-União Soviética, manter sob seu controle suas áreas de influência na América Latina, incluindo o Brasil, e em outras partes do mundo.

Por não aceitar sua deposição pelos militares em 1954, o presidente Vargas suicidou-se, tendo sua atitude representado, também, o ato final do primeiro governante do Brasil que pautou sua ação em defesa da soberania nacional. Após Getúlio, à exceção de João Goulart, todos os presidentes do Brasil se dobraram aos interesses das grandes potências capitalistas, especialmente dos Estados Unidos. O presidente João Goulart, que defendia as mesmas idéias de Getúlio Vargas, foi também apeado do poder em 1964. A ditadura militar, implantada no Brasil a partir de 1964, estava tão engajada com os interesses dos Estados Unidos que passou a considerar o mundo separado por fronteiras ideológicas: uma sob a influência norte-americana e, a outra, sob o domínio soviético.

Ressalte-se que, no período 1951/1953, durante o governo Vargas, foi realizado um esforço de planejamento muito mais ambicioso e completo através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Nessa oportunidade, a Comissão fez um dos mais completos levantamentos da economia brasileira, além de propor uma série de projetos de infra-estrutura com seus programas de execução, abrangendo projetos de modernização de vias férreas, portos, navegação de cabotagem, geração de energia elétrica, etc. A Comissão sugeriu, também, medidas para superar as disparidades regionais de renda, isto é, para melhor integrar o

Nordeste ao restante da economia nacional e para alcançar a estabilidade monetária. O plano da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos conduziu à criação do BNDES, que tinha por objetivo analisar e financiar diversos projetos de desenvolvimento. Mais do que o Plano Salte, o trabalho da Comissão incentivou a execução de projetos em setores retardatários da economia e que poderiam, em curto prazo, transformar-se em pontos de estrangulamento.

4.2.2 O Brasil e a industrialização durante o governo de Juscelino Kubitschek

Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, eleito em 1955, o amplo programa de investimentos públicos e privados realizados entre 1956 e 1961, quando foi implantada a indústria pesada e a de bens de consumo durável, modificou o padrão de dominação do mercado nacional. Reforçou, de um lado, a concentração industrial que se verificava em São Paulo e em regiões vizinhas e, de outro, exigiu maior complementaridade agrícola e industrial entre São Paulo e o restante do país. No governo JK, acreditava-se que seria possível “realizar o desenvolvimento do país a partir de um centro dinâmico único (no caso, São Paulo). O dinamismo desse centro, em círculos concêntricos cada vez mais amplos, acabaria por contagiar as outras áreas e regiões do país” (BRUM, 1984, p. 67). A prática demonstrou que essa tese era falsa. A política de centralizar o desenvolvimento em São Paulo contribuiu decisivamente para ampliar as desigualdades regionais existentes no Brasil, sobretudo entre o Sudeste e o Nordeste onde se localiza o Estado da Bahia.

Essa expansão fez-se com crescente participação do capital alienígena oligopolizado que, ao implantar seus investimentos, instalou-os com capacidade ociosa planejada, com vistas tanto à expansão do mercado paulista, quanto à completa conquista do mercado nacional. As características principais da maioria dessas inversões — grande risco, grande porte, grande densidade de capital — fariam com que se restringissem mais ao capital estrangeiro e, em parte, ao estatal, sendo poucas as chances do capital privado nacional, principalmente para o do resto do país, de penetrar nesses segmentos.

(..) o governo Juscelino Kubitschek levou avante em 1956 o processo de substituição de importações iniciado em 1930 com o governo Vargas e que o crescimento da economia brasileira se realizou naquele período graças aos investimentos governamentais financiados com a inflação e investimentos diretos do exterior. Inúmeras empresas estrangeiras se estabeleceram no Brasil atraídas pelas facilidades fiscais e financeiras oferecidas pelo governo

(..) o processo de industrialização foi retomado com a expansão da indústria de bens de consumo e o governo federal, além de promover a construção de Brasília, realizou vultosos investimentos na infra-estrutura de energia e de transportes para viabilizar a indústria automobilística em implantação no país e a integração do mercado interno. O processo de industrialização deu margem, também, ao

surgimento de uma classe operária e de um sindicalismo cada vez mais reivindicante na defesa dos interesses dos trabalhadores. (ALCOFORADO, 2000, p. 103)

No período 1953/1955, técnicos do BNDES e da CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina da ONU, empenharam-se em um esforço de planejamento global. A elaboração de uma série de planos de desenvolvimento e os debates que se sucederam em todo o país fizeram com que se disseminasse a tese de que o desenvolvimento deveria ser perseguido pelo governo com a obtenção de elevadas taxas de crescimento em período relativamente curto. Tal tese transformou-se em bandeira do governo Juscelino Kubitschek, que administrou o Brasil no período 1956/1961. No dia seguinte ao de sua posse, Juscelino Kubitschek criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento que deveria formular o *Programa de Metas*, que teve por objetivo intensificar o ritmo de industrialização do país e construir a nova capital federal, Brasília, no Planalto Central. O processo de industrialização se daria com a implantação da indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.), e de bens intermediários (combustíveis líquidos, siderurgia, alumínio, papel e celulose, etc.). A construção de Brasília levou também à implantação de rede de transportes que a interligaria aos principais centros urbanos do Brasil.

O Programa de Metas

não representava um plano geral de desenvolvimento global. Nele não estavam abrangidas todas as áreas de investimento público nem todas as indústrias básicas, da mesma forma que não procurou conciliar as necessidades de recursos nos setores abarcados pelo plano com as dos setores não incluídos, nem tampouco com a disponibilidade global de recursos. Fixaram-se metas de cinco anos para 30 setores básicos da economia, tanto de infra-estrutura como diretamente produtivos, metas a serem cumpridas em conjunto pelo governo e a iniciativa privada. Cinco grandes áreas foram cobertas: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas e educação (especialmente a formação de pessoal técnico). (BAER, 1983, p. 56)

Baer (1983) afirma que as metas relativas às indústrias de base consistiam em estimular setores industriais como o siderúrgico, de alumínio, cimento, celulose, automobilístico, de mecânica pesada e químico, indústrias essas chamadas de germinativas, que marcariam o compasso para a rápida industrialização futura. A construção da nova capital no interior, Brasília, foi incluída no programa de Kubitschek como um programa especial. Apesar do grande avanço da indústria e do setor de infra-estrutura, o setor agrícola atrasou-se.

Com base no *Programa de Metas* do governo Kubitschek, a partir da segunda metade da década de 50, foi implementada a segunda fase do processo de industrialização no Brasil com a produção de bens de consumo duráveis como o setor mais dinâmico da economia brasileira.

O *Programa de Metas*, ao optar pela indústria de bens de consumo duráveis, reflete o abandono do projeto do governo de Getúlio Vargas no período 1950/1954 que “era orientado para a implantação e expansão da indústria de base, a produção de bens de capital (BRUM, 1984, p. 60).

A implantação da indústria automobilística, na segunda metade da década de 1950, representou o passo mais importante dessa fase seguido da indústria de eletrodomésticos e eletroeletrônica. Ressalte-se que a indústria de bens de consumo duráveis é altamente sofisticada porque exige elevado volume de capital, tecnologia avançada, mão-de-obra especializada, produção em massa e alta capacidade gerencial. A tendência “é a concentração espacial e pessoal da propriedade, da riqueza, do capital e da renda. Destina-se ao consumo da parte da população que tem poder aquisitivo relativamente alto, o que no Brasil corresponde apenas a uma escassa minoria” (BRUM, 1984, p. 55).

O desenvolvimentismo implementado pelo governo Juscelino Kubitschek gerou uma série de conseqüências para o Brasil, destacando-se, entre elas: 1) a desnacionalização da economia brasileira; 2) o desequilíbrio nas contas externas com o conseqüente aumento dos níveis de endividamento externo; 3) a elevação dos índices de inflação; 4) desequilíbrios e pontos de estrangulamento na economia brasileira.

A partir do governo Kubitschek, é aprofundada a desnacionalização da economia nacional com o capital estrangeiro assumindo o comando do processo de industrialização do Brasil e a indústria nacional ficando relegada a sua própria sorte ao sofrer a concorrência dos grupos externos atraídos pelos incentivos e vantagens oficiais. Entre os incentivos e vantagens concedidas ao capital estrangeiro, destaca-se a permissão para a importação de matrizes, máquinas e equipamentos obsoletos, valorizando-os como se fossem novos, tudo sem cobertura cambial ou restrição de qualquer espécie quanto aos similares de fabricação nacional, ao mesmo tempo em que se nega o mesmo procedimento às empresas brasileiras. Assim, “até a década de 50 fora relativamente pequena a participação do capital estrangeiro no processo de industrialização do Brasil, como de resto, também, nos demais países da América Latina” (BRUM, 1984, p. 63).

Em meados da década de 50, a industrialização brasileira toma novo rumo. Até então, o processo de industrialização avançara sob a liderança da empresa brasileira. A partir daí, o capital estrangeiro vai assumir, progressivamente, o controle dos ramos mais dinâmicos da economia brasileira, e

de 1955 em diante, intensifica-se o processo de integração crescente da economia brasileira à estratégia do capitalismo internacional, começando pela integração de importantes setores da indústria, operando a interligação com a agricultura, crescentemente modernizada, e também com a mineração. Assim, o desenvolvimentismo vai acarretar elevado preço, em termos de perda de controle sobre os setores mais importantes da indústria do país, o que se amplia e aprofunda, progressivamente, para toda a economia brasileira. (BRUM, 1984, p. 64)

O desequilíbrio nas contas externas resultou do fato da expansão industrial requerer a importação maciça de bens de capital (máquinas, equipamentos, etc.). As receitas de exportação não foram suficientes para fazer frente aos encargos internacionais do Brasil. Diante disso, o governo brasileiro foi obrigado a recorrer a empréstimos no exterior dos quais resultaram o incremento dos encargos com o endividamento externo. Ficou evidenciado que a política de substituição de importações posto em prática pelo governo Kubitschek deveria ter sido complementada também com a promoção das exportações e/ou de sua diversificação para atenuar os problemas do balanço de pagamentos do país.

Por outro lado, o governo Kubitschek, não dispondo de recursos para fazer frente aos elevados investimentos em infra-estrutura, particularmente energia e transporte, e ao crescente déficit público, teve que recorrer, também, a empréstimos no exterior, que resultaram no incremento dos encargos com o serviço da dívida, além de elevar os níveis de emissão da moeda, do que resultou crescente elevação dos índices de inflação no país. Pode-se afirmar que o desenvolvimentismo do governo Kubitschek foi implementado às custas do endividamento externo e da inflação.

O desenvolvimentismo do governo Kubitschek provocou desequilíbrios e pontos de estrangulamento na economia brasileira, tais como: 1) desequilíbrios na agricultura; 2) ampliação das desigualdades regionais; 3) desequilíbrios na infra-estrutura econômica e social.

Na agricultura, houve problemas de estrangulamento no suprimento de produtos agrícolas, devido ao fato de os níveis de produção não acompanharem o elevado ritmo de expansão da demanda e de crescimento das cidades do que resultou grande elevação dos preços, sobretudo dos produtos alimentares. Deficiências na comercialização dos produtos agrícolas, falta de estradas e de instalações de armazenamento nos principais centros urbanos comprometeram o desempenho do setor agrícola. Além disso, a estrutura agrária do Brasil revelava uma distribuição desigual da terra, fato que contribuía para o desempenho insatisfatório da agricultura brasileira.

Os desequilíbrios regionais se acentuaram durante o governo Kubitschek porque o esforço de industrialização do Brasil concentrou-se no Sudeste do país. O crescimento econômico dava-se predominantemente nessa área, enquanto as outras regiões do país atrasavam-se visivelmente; “o governo Juscelino Kubitschek acreditava que seria possível realizar o desenvolvimento do Brasil a partir de um centro dinâmico único (no caso, São Paulo). O dinamismo desse centro, em círculos concêntricos cada vez mais amplos, acabaria por contagiar as outras áreas e regiões do país (BRUM, 1984, p. 67). A prática demonstrou exatamente o contrário. O Nordeste brasileiro, incluindo o Estado da Bahia, foi uma das regiões mais prejudicadas com o intercâmbio comercial com a região Sudeste porque se acentuou o déficit comercial entre elas que, na prática, representava uma transferência de renda do Nordeste para o Sudeste do Brasil.

Foi o desequilíbrio entre o Nordeste e o Sudeste que fez com que o governo Kubitschek constituísse o GTDN — Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e dele resultasse a criação da SUDENE, que elaborou em 1961 um plano quinquenal que se apoiava em transferências líquidas de fundos do Sudeste para o Nordeste, bem como em recursos proporcionados pelos Estados Unidos, que tinham como objetivos básicos:

- a) Intensificação dos investimentos industriais com vistas a criar núcleos de emprego nas áreas urbanas. Estabeleceu-se, por exemplo, um dispositivo tributário especial (art. 34 da Lei sobre a SUDENE), permitindo que as sociedades anônimas do Sul do país utilizem 50% dos impostos devidos à União, desde que as somas correspondentes sejam aplicadas em investimentos no Nordeste.
- b) Modificação da estrutura agrária da faixa úmida costeira, objetivando a utilização mais intensiva da terra, de modo a elevar a produtividade da economia açucareira e permitir o estabelecimento de unidades familiares dedicadas à produção de alimentos, em parte importados do Sul do país.
- c) Transformação progressiva da zona semi-árida, elevando sua produtividade e adequando-a melhor às condições ecológicas.
- d) Deslocamento da fronteira agrícola, de modo a integrar as terras úmidas do sul da Bahia e do Maranhão na economia regional, através desse último estado, com a construção de uma rodovia de acesso à Amazônia.

Entre os desequilíbrios na infra-estrutura econômica e social, destacaram-se os estrangulamentos no setor de energia elétrica, provocados pelo longo período de gestação dos

principais projetos de usinas hidrelétricas e pelo atraso na implantação de sistemas de distribuição de eletricidade. O setor de educação também se atrasou em relação ao desenvolvimento geral do país pela insuficiência do sistema educacional no atendimento da demanda. Os estrangulamentos no setor educacional provocaram profunda carência de mão-de-obra qualificada para o setor industrial, além de implicar em custos mais elevados para a indústria que se viu forçada a despendar recursos no treinamento do pessoal.

4.2.3 O Brasil e a industrialização durante o regime militar

No período 1961–1964,

esgotam-se as possibilidades de crescimento da economia brasileira baseada na expansão da indústria de bens duráveis, que na década anterior fora a mola propulsora principal do crescimento econômico. O país entra num período de estagnação e recessão. (BRUM, 1984, p. 75)

Os turbulentos anos vividos pelo Brasil a partir de 1960 foram vazios de qualquer linha consistente de política econômica. A grande expansão econômica registrada no Brasil durante o governo Kubitschek chegou ao fim com o advento da estagnação que se prolongou de 1962 até 1967.

O declínio do processo de desenvolvimento no início da década de 60 com o conseqüente agravamento das tensões sociais, a crise político-institucional delas resultantes, que levou à renúncia de Jânio Quadros e à ascensão tumultuada ao poder do vice-presidente João Goulart em 1961, se constituíram em fatores determinantes da emergência do golpe de estado de 1964. O presidente João Goulart, que defendia as mesmas idéias de Getúlio Vargas, foi também apeado do poder em 1964. A ditadura militar, implantada no Brasil a partir de 1964, deu continuidade ao modelo de desenvolvimento capitalista dependente iniciado no governo Kubitschek. (ALCOFORADO, 2000, p. 103)

e “à implantação de setores ‘de ponta’ com grande capacidade ociosa, a inflação e a queda do gasto público foram os principais elementos geradores da crise” (CANO, 1998, p. 86).

Após a deposição do presidente João Goulart pelos militares em 1964, o governo do general Castelo Branco formulou um programa econômico de curto prazo que objetivava o controle da inflação e a correção das distorções que haviam sido criadas no sistema econômico resultantes da rápida substituição de importações da década de 1950 e do longo período de inflação. Essas políticas foram continuadas pelo governo do general Costa e Silva, que tomou posse em 1967.

As reformas fiscal e financeira associadas à mudança da política econômica e à política de

arrocho salarial, concentrando ainda mais a distribuição de renda, impostas pela ditadura militar sob o comando do general Castelo Branco no período 1965/66, propiciaram a recuperação da economia brasileira a partir de 1967, basicamente via expansão do setor de bens de consumo durável, dando origem ao que se denominou de “milagre econômico”. A partir de 1964, os diversos governos militares que se sucederam aprofundaram a tríplice aliança entre o Estado, a burguesia nacional e o capital internacional, atraíram vultosos investimentos diretos do exterior e captaram recursos em bancos internacionais para financiarem a expansão da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações.

(..) a perspectiva do regime militar implantado em 1964 era a de que a possibilidade de recuperação econômica do Brasil encontrava-se no controle da inflação, na modernização dos mercados de capitais que conduziriam a uma crescente acumulação de poupança, na criação de um sistema de incentivos que dirigisse os investimentos para áreas e setores considerados essenciais pelo governo, na atração de capitais externos para financiar a expansão da capacidade produtiva do país e na promoção de investimentos públicos em projetos de infra-estrutura e em certas indústrias controladas pelo governo. (BAER, 1983, p. 226)

Além disso, “um esforço para o aumento e diversificação das exportações foi considerado essencial para o crescimento e proteção da economia contra efeitos das flutuações de alguns produtos” (Baer, 1983, p. 229–30).

As políticas de incentivos às exportações a partir de 1964 promoveram grande modernização da agroindústria no Sul, São Paulo, Centro-Oeste, Minas Gerais e algumas áreas do Nordeste, especialmente no vale do rio São Francisco. Houve a implementação de 3 PNDs — Plano Nacional de Desenvolvimento nos governos Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Foi, sobretudo, no governo Ernesto Geisel, com o II PND, que foram definidos como objetivos completar a estrutura industrial brasileira, substituir importações de insumos básicos e bens de capital, superar os problemas cambiais resultantes da crise do petróleo com o desenvolvimento de projetos de carvão, não-ferrosos, álcool da cana, energia elétrica e petróleo implantados na década de 1970 em várias partes do país e contribuir para a desconcentração da atividade produtiva no Brasil.

De 1968 a 1973, o Brasil experimentou elevadas taxas de crescimento econômico, gerando um clima de otimismo geral logo batizado como “o milagre econômico” e “a indústria constituiu o principal setor no surto de desenvolvimento iniciado em 1968” (BAER, 1983, p. 230). Além disso, “parece que as altas taxas de crescimento observadas desde 1968 não poderiam ter ocorrido sem as políticas de estabilização, as reformas institucionais e algumas das atividades de planejamento do governo ao nível de projeto, adotadas no período 1964–

1967” (BAER, 1983, p. 237).

De fato, “a principal fonte de crescimento desde 1968 pode ser encontrada nas atividades econômicas do setor público. Uma outra fonte encontra-se na rápida expansão da produção de bens de consumo durável” (BAER, 1983, p. 240). O autor identifica ainda que os incentivos fiscais para estimular os investimentos em certas áreas geográficas (o mais conhecido é o Artigo 34/18 da Sudene para o desenvolvimento do Nordeste) e em certos setores (como turismo e exportações) contribuíram indubitavelmente para a elevação da taxas de crescimento da economia nacional. Também

aumentou substancialmente a presença do capital estrangeiro após 1968, Este fato é evidenciado no lado financeiro pelo crescimento da dívida externa, e no lado real pela expansão da capacidade produtiva das firmas estrangeiras. Alguns críticos chamaram a atenção para o fato de que isso aumentou a dependência do país em relação ao exterior. (BAER, 1983, p. 255)

Por outro lado,

para financiar a expansão da economia brasileira, os diversos governos militares que se sucederam aprofundaram a trílice aliança entre o Estado, a burguesia nacional e o capital internacional, atraíram vultosos investimentos diretos do exterior e captaram recursos junto a bancos internacionais para financiarem a expansão da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações. Do final da década de 60 até meados da década de 70, a economia brasileira apresentou elevadas taxas de crescimento do PIB. No entanto, a triplicação dos preços do petróleo e a subida vertiginosa das taxas de juros pelo sistema financeiro internacional foram fatores determinantes do declínio do modelo de desenvolvimento capitalista dependente que se acentuou em toda a década de 80 (ALCOFORADO, 2000, p, 103).

Uma das causas principais da crise econômica experimentada pelo Brasil no final da década de 1970 foi a falta de ajuste da economia brasileira aos problemas gerados no balanço de pagamentos do país pela elevação dos preços do petróleo no mercado internacional. O governo do general Ernesto Geisel estava empenhado em manter as altas taxas de crescimento econômico e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) previa investimentos em larga escala para as indústrias de base, infra-estrutura econômica e social, mineração, etc.

Cabe ressaltar que, de 1930 a 1970, o processo de integração nacional estimulou enormemente o desenvolvimento de todas as regiões do país. Houve expansão da fronteira agrícola com as migrações de paulistas, mineiros, baianos e sulistas colonizando o Paraná, Goiás e Mato Grosso, a construção de rodovias para o Norte e Centro-Oeste, a construção de Brasília e a colonização da Amazônia que dinamizaram a agricultura dessas regiões dando margem ao surgimento de agroindústrias e da urbanização. A criação da SUDENE no

Nordeste e da SUDAM e SUFRAMA na Amazônia com os incentivos fiscais intensificaram a migração do capital produtivo para aquelas regiões.

Percebe-se, portanto, que a experiência desenvolvimentista no Brasil teve no governo federal seu principal agente e como seu principal suporte o processo de industrialização. O desempenho do setor industrial como empregador da mão-de-obra existente no Brasil tem sido decepcionante. A substituição de importações no processo de crescimento industrial levou a uma tendência contra o uso de tecnologias que absorviam grande quantidade de mão-de-obra. O crescimento industrial contribuiu para o aumento substancial na concentração de renda devido ao uso intensivo de capital pelas indústrias.

O processo de industrialização acentuou a concentração regional de atividades econômicas e dificultou ainda mais a redistribuição. Inspirados pelas teses da CEPAL, os governantes brasileiros da década de 1950 acreditavam que a industrialização substitutiva de importações tornaria a economia menos caudatária dos centros econômicos tradicionais do mundo. A esperança de se obter um maior grau de independência econômica através da industrialização esmoreceu porque veio a consciência de que ela trouxe um novo e mais complexo tipo de dependência com a penetração das empresas multinacionais.

O governo do general Ernesto Geisel representou o último ato da experiência desenvolvimentista vivida pelo Brasil no século XX. O período 1981–1982 assinalou uma mudança drástica na orientação da política econômica governamental, pois os objetivos principais do governo sob o comando do general João Figueiredo se tornaram o controle da alta taxa de inflação e o déficit no balanço de pagamentos, que se agravou com o segundo “choque do petróleo” e a subida vertiginosa das taxas de juros no mercado internacional.

4.3 O BRASIL E A CRISE ECONÔMICA CONTEMPORÂNEA

Pode-se afirmar que

a crise brasileira se instala nos anos 80, quando o “choque dos juros” atinge de frente o Estado brasileiro, patrocinador principal do “crescimento em meio à crise”, promovido nos anos 70. A dívida externa havia mais do que quadruplicado, passando de US\$ 12 bilhões para US\$ 54 bilhões, no período Geisel, e seu principal tomador — o setor público — é que vai receber o impacto principal do “choque dos juros”. Os encargos dessa dívida explodem e instala-se a crise financeira do setor público brasileiro. Crise, aliás, que só tendeu a se agravar, nas décadas seguintes. [e] um dos seus principais efeitos é que a sociedade brasileira, acostumada a conviver com o Estado Desenvolvimentista e superavitário, patrocinador do avanço das forças

produtivas, da construção do 'Brasil Potência', como definiram os governos militares, passa a conviver com um estado deficitário, em crise agônica, refém de seus credores poderosos (internos e externos). (ARAÚJO, 2000, p. 323)

De 1980 a 1989, no período dos governos João Figueiredo e José Sarney, ocorreu uma profunda deterioração da situação econômica e social do Brasil. O modelo de desenvolvimento baseado no processo de substituição de importações, que atingiu o auge na década de 70, se esgotou no início dos anos 80 e nada se fez em toda essa década no sentido de reestruturar a economia brasileira em novas bases. A ascensão ao poder de José Sarney em 1985, apoiado por uma ampla coalizão de forças diametralmente opostas, não foi suficiente para criar as condições políticas para a introdução de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil e viabilizar um novo ciclo de expansão para a economia brasileira.

A partir do governo Fernando Collor, em 1990, foi dado início ao processo de introdução do modelo neoliberal no Brasil, para facilitar o ingresso de capitais externos considerados indispensáveis devido à insuficiência da poupança interna para financiar os investimentos, demorando o desmonte do aparato institucional montado no país de 1930 a 1988. De 1990 até o presente momento, o governo brasileiro adotou um conjunto de medidas preconizado pelo FMI e pelo Banco Mundial — o *Consenso de Washington* — que estabelecia três passos a serem dados na seguinte ordem: 1) estabilização da economia (combate à inflação); 2) realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial); 3) retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento.

Analisando o desempenho da economia brasileira na década de 90, pôde-se constatar:

A partir do governo Fernando Collor em 1990 foi dado início ao processo de introdução do modelo neoliberal no Brasil para facilitar o ingresso de capitais externos considerados indispensáveis devido à insuficiência da poupança interna para financiar os investimentos demorando o desmonte do aparato institucional montado no país de 1930 a 1988;

É levando em conta esse contexto que devemos interpretar a política de combate à inflação, de privatização das empresas estatais e de abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro adotada pelos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso de 1990 até o presente momento;

No período 1994/1998, a variação do PIB no Brasil foi declinante e o déficit nas contas externas, a dívida do setor público, o déficit público, o déficit na balança comercial e o pagamento de juros da dívida externa foram crescentes. Esses números demonstram que o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) fez com que o Brasil se tornasse crescentemente vulnerável econômica e financeiramente nos planos interno e externo;

FHC privilegiou os interesses do capital estrangeiro em detrimento dos interesses nacionais. Esta afirmativa é corroborada pelos indicadores relativos ao investimento estrangeiro, à participação do capital estrangeiro no patrimônio líquido das empresas, à remessa de lucros para o exterior e às importações de máquinas e equipamentos que apresentaram números crescentes em detrimento da

produção interna no período 1994/1998;

O único sucesso alcançado pelo governo FHC nesse período foi o de ter conseguido controlar a taxa de inflação em níveis baixos. Este sucesso foi obtido graças principalmente à abertura do mercado brasileiro a produtos importados, que passaram a competir com os produtos fabricados no Brasil forçando a baixa de seus preços, à sobrevalorização da taxa de câmbio que contribuiu para baratear ainda mais as importações de bens e serviços, bem como às elevadas taxas de juros;

As reservas internacionais atingiram valores elevados no período 1994/1999 devido às taxas de juros adotadas pelo governo federal que atingiram níveis estratosféricos para atrair capitais externos visando a cobertura do déficit nas contas externas. O resultado dos juros altos tem sido o desincentivo a investimentos em atividades produtivas que contribuam para a expansão da economia e, também, para a redução dos índices de desemprego que, no Brasil, foram crescentes nos últimos quatro anos;

As medidas adotadas pelo governo federal para fazerem frente ao ataque de capitais especulativos e evitarem a fuga de divisas do país nos últimos meses de 1998 e em janeiro de 1999 demonstraram ser inteiramente inócuas. Devido a esse fato, o governo brasileiro foi obrigado a liberar o câmbio em janeiro de 1999 e, conseqüentemente, maxidesvalorizar o real abruptamente em relação ao dólar para evitar o esgotamento das reservas internacionais do país;

Gargalos existentes nos setores de infra-estrutura como os existentes nos setores de energia elétrica e transportes conspiram contra a retomada do crescimento do Brasil porque demandam tempo na sua solução;

A atração de investimentos estrangeiros diretos e de capitais externos especulativos continua tendo importância fundamental. A política de atração de investimentos estrangeiros diretos e de capitais externos especulativos deverá ser mantida pelo governo brasileiro. Isto significa dizer que a economia brasileira continuará tão dependente e vulnerável quanto antes do ataque de capitais especulativos no final de 1998 e início de 1999; e,

Quanto às taxas de juros, o governo federal deverá mantê-las em níveis elevados para permitir, de um lado, o controle da inflação e, de outro, a atração de capitais externos para a cobertura do déficit no balanço de pagamentos em conta corrente. (ALCOFORADO, 2000, p.95-5)

Já a análise referente à economia brasileira nas décadas de 80 e 90 constatou que:

Os anos 80 e o início da década de 1990 marcam a mais longa e grave crise da história do Brasil contemporâneo. A recessão e a elevação do desemprego do início e do fim desse período assumiram uma dimensão até então desconhecida;

Em conjunto, prevaleceu uma trajetória de crescimento médio baixo, diante dos valores históricos da economia brasileira, cujo PIB havia aumentado à média de 6,9% ao ano, entre 1940 e 1980, e cuja renda *per capita* havia sido multiplicada por cinco no mesmo período;

A característica da economia brasileira que mais se evidencia é que a queda acentuada no ritmo de crescimento indica o esgotamento de um padrão que lhe conferiu impressionante dinamismo ao longo de todo o período da moderna industrialização, particularmente depois de meados dos anos 50;

Ao romper com uma longa trajetória de crescimento, o que esses anos trazem à tona é um comportamento econômico cronicamente instável;

Não há uma dinâmica cíclica de acumulação comandada endogenamente, quer pelo setor de consumo durável, quer pelo gasto público ou pela indústria pesada. As questões-chaves desses anos foram o ajustamento externo e as restrições que esse ajuste impôs à condução da política econômica; e,

Em termos regionais o impacto mais importante dessa trajetória errática foi romper

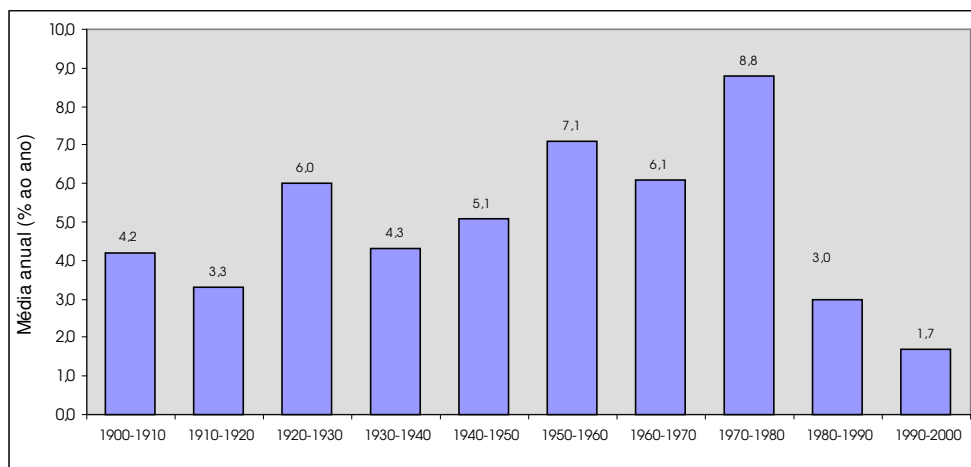
os nexos de solidariedade inter-regionais, determinados pela montagem de estruturas produtivas relativamente complementares e pelo baixo grau de abertura comercial. (PACHECO, 1998, p. 72-4)

As décadas de 80 e 90 são consideradas “décadas perdidas” para o Brasil porque se caracterizaram pela estagnação econômica, o que pode ser constatado analisando-se o item 4.4 deste capítulo. Durante esse período, os governantes brasileiros não implementaram qualquer ação desenvolvimentista, centrando suas iniciativas prioritariamente no combate à inflação.

4.4 O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE

Os tabelas de 3 a 5 e os gráficos de 2 a 19 mostram o desempenho da economia brasileira no período recente. O Gráfico 2 indica a evolução da taxa de crescimento decenal do PIB do Brasil durante o Século XX.

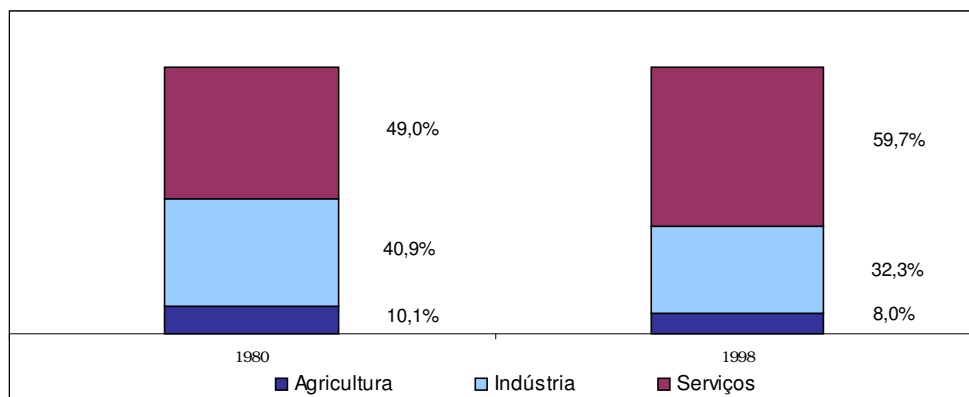
Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB no Brasil no Século XX



Fonte: Bonelli e Gonçalves, 1998.

A análise do Gráfico 2 permite constatar que os melhores desempenhos econômicos do Brasil ocorreram nas décadas de 50 e 70, enquanto os piores ocorreram nas décadas de 80 e 90, sobretudo nessa última.

O Gráfico 3 apresenta a participação da agricultura, da indústria e do setor de serviços na formação do PIB brasileiro em 1980 e 1998. Percebe-se a queda nas participações da agricultura e da indústria e o aumento do setor de serviços. O desempenho diferenciado desses setores pode ser explicado, em grande medida, pela queda dos investimentos nas atividades produtivas (agricultura e indústria) resultante da política econômica do governo, restritiva ao crescimento da economia nacional.

Gráfico 3 – Participação dos setores no PIB do Brasil – 1980–1998

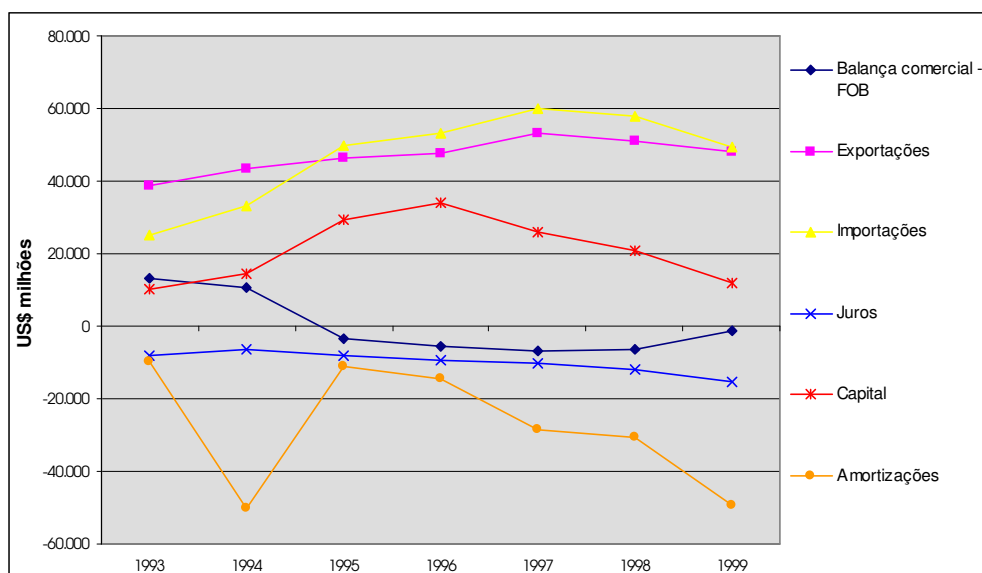
Fonte: PATRI, 2000.

A Tabela 3 e o Gráfico 4 apresentam a evolução de alguns indicadores do balanço de pagamentos do Brasil no período 1993/1999.

Tabela 3 – Indicadores do Balanço de Pagamentos do Brasil – 1993–1999

| Indicadores | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|-------------------------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Balança comercial – FOB | 13.307 | 10.466 | -3.351 | -5.599 | -6.843 | -6.593 | -1.207 |
| Exportações | 38.563 | 43.545 | 46.506 | 47.747 | 52.994 | 51.140 | 48.011 |
| Importações | 25.256 | 33.079 | 49.858 | 53.346 | 59.837 | 57.733 | 49.219 |
| Juros | -8.280 | -6.337 | -8.158 | -9.173 | -10.388 | -11.948 | -15.164 |
| Capital | 10.115 | 14.294 | 29.359 | 33.959 | 25.971 | 20.664 | 12.048 |
| Amortizações | -9.978 | -50.411 | -11.023 | -14.419 | -28.714 | -30.677 | -49.549 |

Fonte: IBGE, 2000.

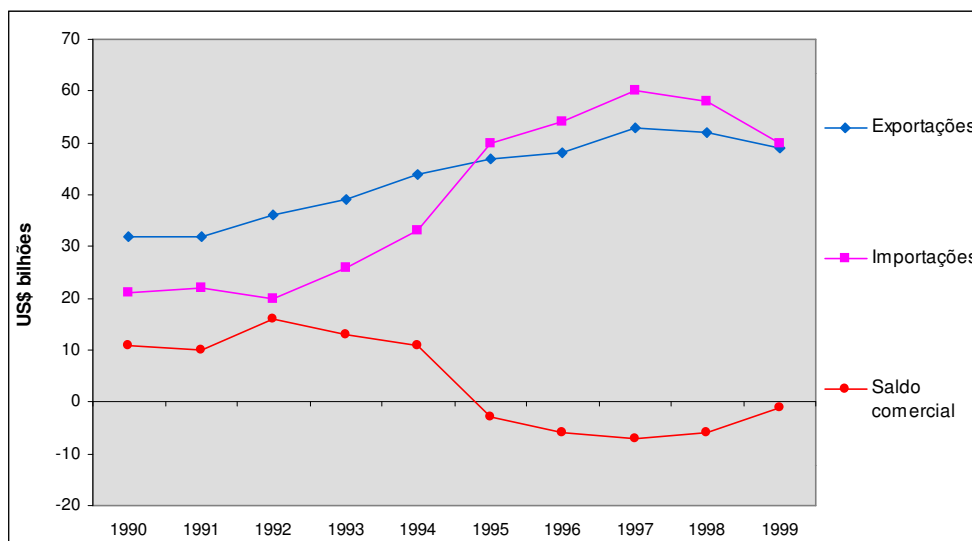
Gráfico 4 – Balanço de pagamentos do Brasil, 1993–1999

Fonte: IBGE, 2000.

Sua análise permite constatar o agravamento do balanço de pagamentos no período 1995/1999. A balança comercial passa a apresentar déficits a partir de 1995 (importações > exportações), os dispêndios com os juros quase duplicaram em 1999 em relação a 1993 e as amortizações pagas de financiamentos superaram em aproximadamente cinco vezes o montante desembolsado em 1993. Apesar de ter havido um grande afluxo de capitais externos para o país destinados, em sua maior parte, à aquisição de empresas estatais privatizadas, cujo maior valor ocorreu em 1996, a partir dessa data passou a haver declínio no balanço de capitais até 1999.

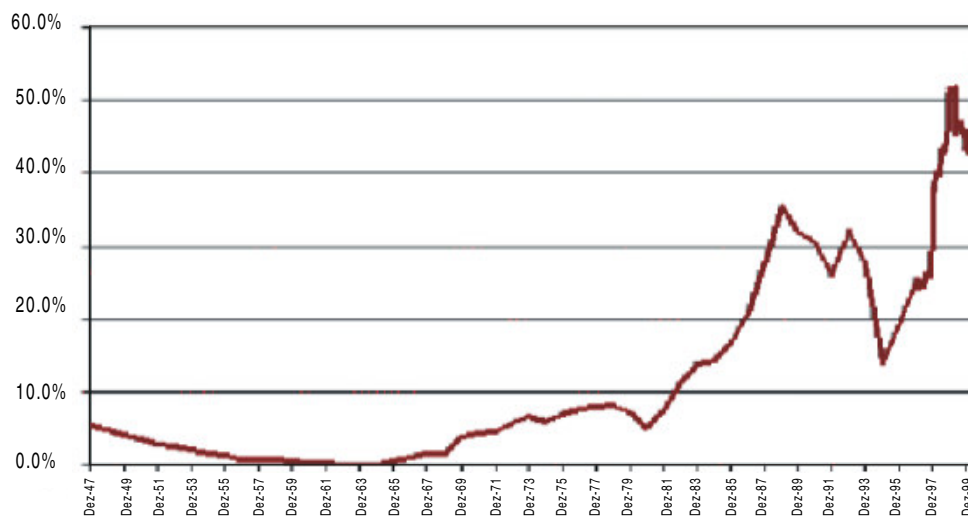
O Gráfico 5 apresenta a evolução da balança comercial do Brasil de 1990 a 1999. Percebe-se que a balança comercial foi deficitária de 1995 a 1999, exatamente a partir da introdução do modelo neoliberal de abertura da economia brasileira em relação ao Exterior.

Gráfico 5 – Balança Comercial – Brasil – 1990–1999



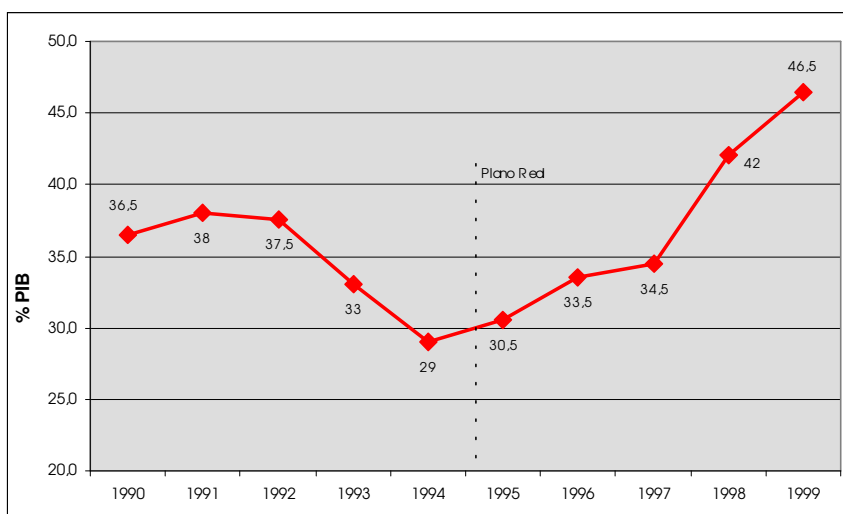
Fonte: PATRI, 2000

Os gráficos de 6 a 9 apresentam a evolução da dívida pública no Brasil. O Gráfico 6 mostra três ondas de endividamento público interno: a primeira, que corresponde à época do “milagre econômico brasileiro” durante a ditadura militar, começa em dezembro de 1966 e termina em dezembro de 1978; a segunda, que coincide com o declínio do regime militar e a abertura política, vai de dezembro de 1981 a dezembro de 1988; finalmente a terceira, que coincide com a introdução do modelo neoliberal no Brasil, inicia de dezembro de 1994 permanecendo até o momento atual, após o período de recuperação, de dezembro de 1988 a dezembro de 1993.

Gráfico 6 – Títulos da dívida pública interna / Produto Interno Bruto – Brasil – Dez de 47–Dez de 1999

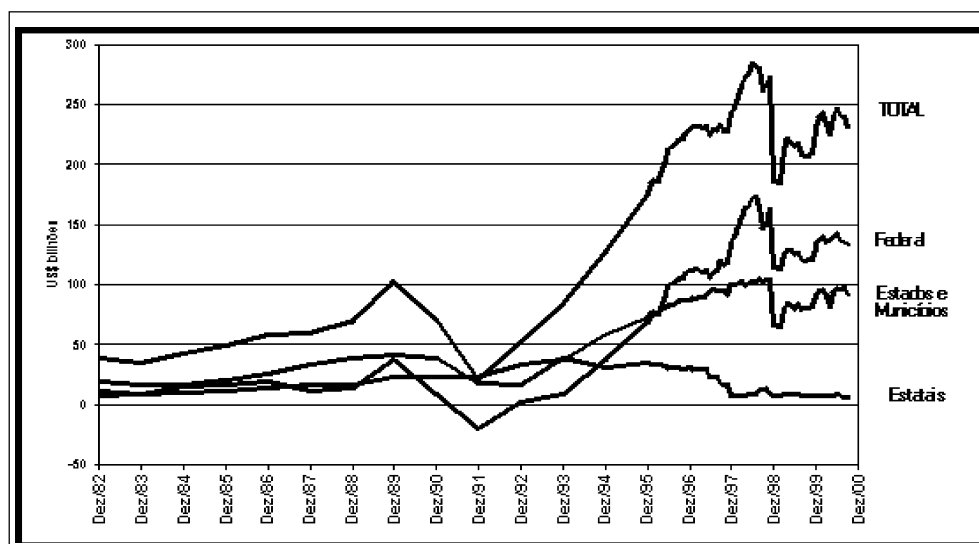
Fonte: Banco Central do Brasil, 2000

Nesse último período, o endividamento público interno atinge níveis alarmantes. O Gráfico 7 mostra a evolução da dívida líquida do setor público de 1990 a 1999, o Gráfico 8 apresenta o desdobramento da dívida pública em federal, estadual e municipal de dezembro de 1982 a dezembro de 2000 e o Gráfico 9 indica a evolução das dívidas interna e externa do setor público de dezembro de 1982 a julho de 2000. A análise do Gráfico 8 permite verificar que, a partir de 1998, há uma tentativa de reversão do endividamento público interno. A análise do Gráfico 9 permite constatar que a dívida interna do setor público, que era inferior à dívida externa no período 1982/ 1990, passa a suplantá-la amplamente de 1990 em diante.

Gráfico 7 – Dívida líquida do setor público (% do PIB) – Brasil – 1990–1999

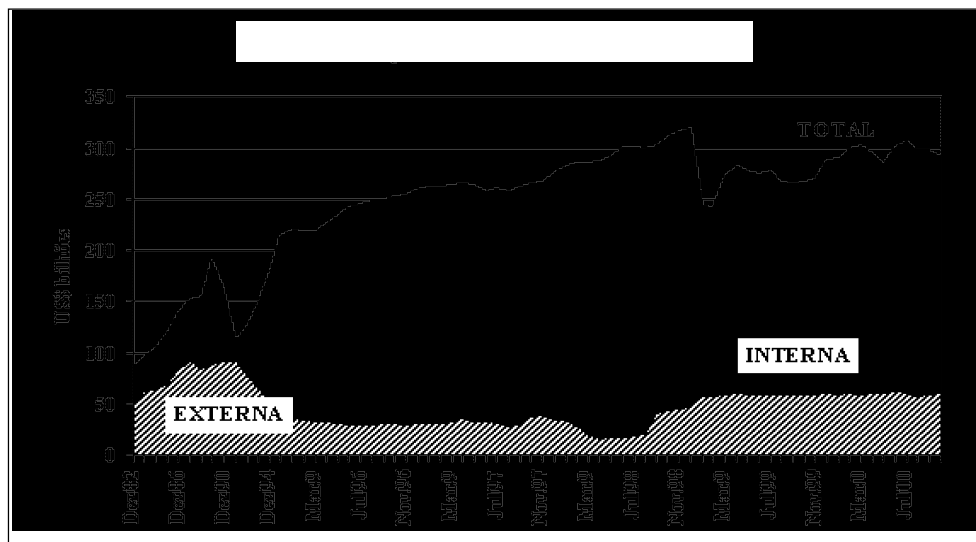
Fonte: PATRI, 2000.

Gráfico 8 – Dívida interna líquida dos governos federal, estaduais e municipais e das estatais



Fonte: Banco Central do Brasil, 2001

Gráfico 9 – Dívida líquida do setor público

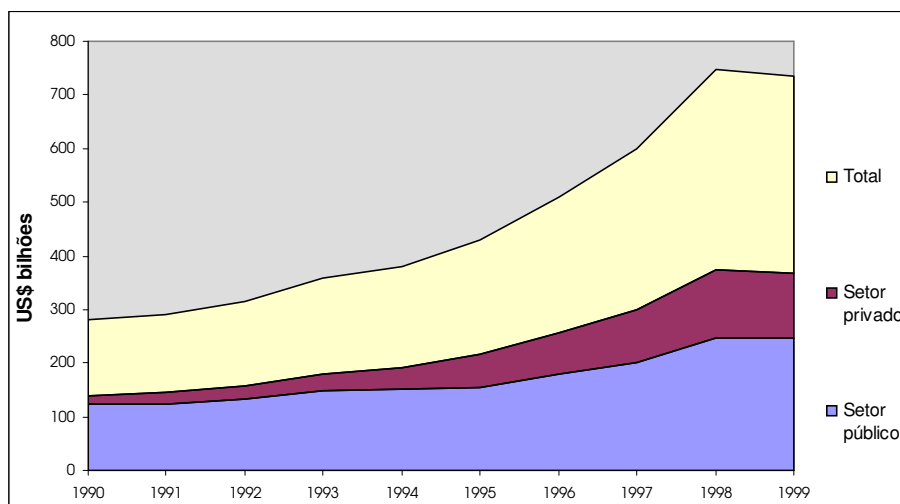


Fonte: Banco Central do Brasil, 2000.

Ressalte-se que, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu seu primeiro mandato, em janeiro de 1995, a dívida líquida do setor público era de R\$ 153,2 bilhões — equivalente a 30,4% do PIB. Desde então, cresceu R\$ 555,3 bilhões, graças às elevadas taxas de juros, ao dólar e ao reconhecimento de dívidas antigas — os chamados "esqueletos". Só os gastos com juros nominais responderam por R\$ 506,5 bilhões do aumento da dívida no período. Cerca de metade da dívida do governo federal é corrigida pelos juros básicos da economia. A situação se agravou a partir de janeiro de 1999 — primeiro ano do segundo mandato de FHC —, quando foi adotado o regime de câmbio flutuante.

O Gráfico 10 apresenta a evolução do endividamento externo do Brasil de 1990 a 1999. Sua análise permite constatar que, de 1990 a 1994, a dívida externa do setor público sempre foi superior à do setor privado. A dívida externa do setor privado atingiu grande expansão de 1994 a 1999 quando passou a captar recursos no Exterior com taxas de juros mais baixas do que as praticadas pelo sistema financeiro nacional, graças às elevadas taxas de juros adotadas pelo Banco Central no Brasil. Cabe observar que a dívida externa pública e privada do Brasil apresentou grande expansão de 1990 a 1999, apesar da queda registrada em 1998..

Gráfico 10 – Dívida externa do Brasil – 1990-1999



Fonte: PATRI, 2000

A Tabela 4 e o Gráfico 11 demonstram, de forma inequívoca, a deterioração econômico-financeira do Brasil em relação ao exterior, no período 1994/1998, em consequência da política econômica neoliberal posta em prática pelo governo brasileiro. Os indicadores econômicos apresentam crescimento na remessa de lucros para o exterior, no pagamento dos juros da dívida externa, no déficit da balança comercial e na saída de divisas para o exterior.

Tabela 4 – Balanço financeiro do Brasil em relação ao exterior – 1994-1998

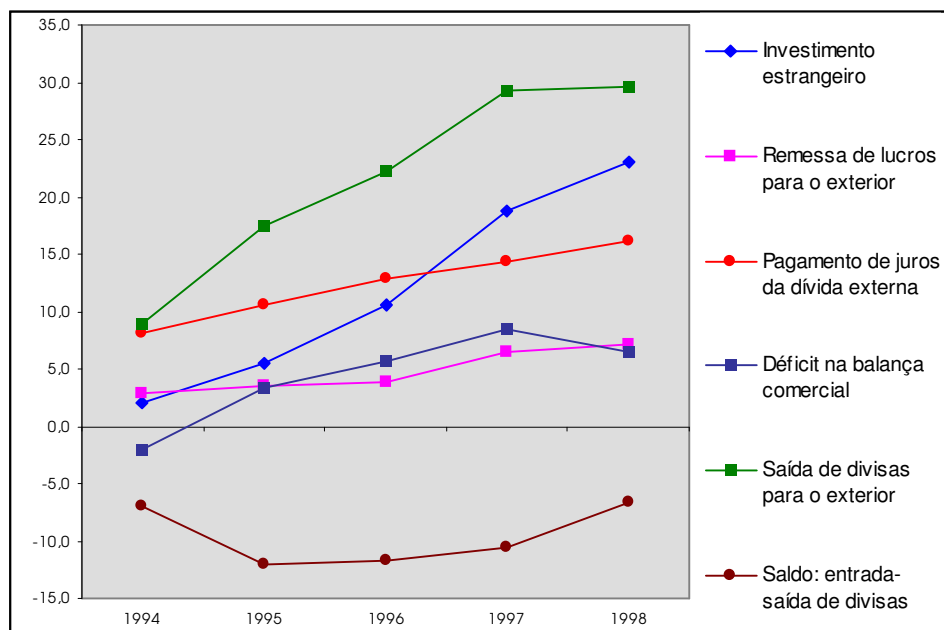
| Indicadores Econômicos | US\$ bilhões | | | | |
|---|--------------|-------|-------|-------|------|
| | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
| 1. Investimento estrangeiro | 2,1 | 5,5 | 10,5 | 18,7 | 23,0 |
| 2. Remessa de lucros para o exterior | 2,9 | 3,5 | 3,8 | 6,5 | 7,1 |
| 3. Pagamento de juros da dívida externa | 8,1 | 10,6 | 12,8 | 14,4 | 16,1 |
| 4. Déficit na balança comercial | -2,0 | 3,4 | 5,6 | 8,4 | 6,4 |
| 5. Saída de divisas para o exterior * | 9,0 | 17,5 | 22,2 | 29,3 | 29,6 |
| 6. Saldo: entrada- saída de divisas** | -6,9 | -12,0 | -11,7 | -10,6 | -6,6 |

Elaboração própria.

*(5)=(2)+(3)+(4)

** (6)=(1)-(5)

Gráfico 11 – Balanço financeiro do Brasil em relação ao exterior, 1994–1998



Fonte: Alcoforado, 2000.

A Tabela 5 demonstra que houve de 1995 a 1998 uma melhora acentuada nos indicadores de inflação (IPA-M — Índice de preços por atacado e IPC-M — Índice de preços ao consumidor), graças ao Plano Real de estabilização econômica e um agravamento de 1998 a 1999 quando a moeda brasileira foi vítima de um ataque especulativo devido ao agravamento das contas externas. Devido à vulnerabilidade da economia brasileira, a variação anual na taxa de câmbio sofreu um incremento acentuado de 1998 a 1999 após um período de estabilidade no crescimento. Em decorrência da política econômica do governo de priorizar o combate à inflação e a estabilidade da moeda, a variação anual do PIB e do Consumo das Famílias sofreu uma queda acentuada durante todo o período 1995/1999.

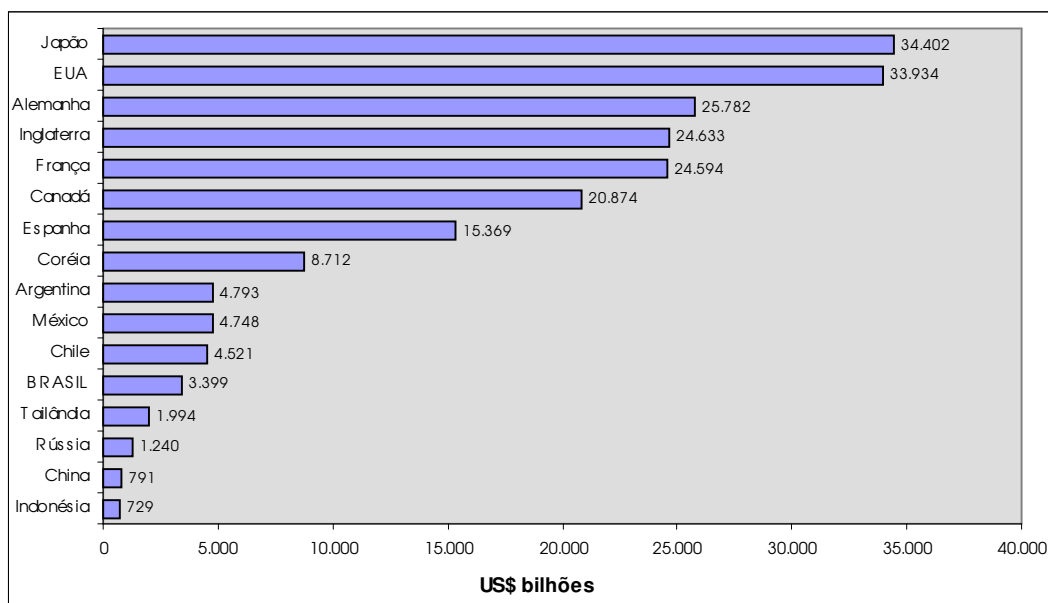
Tabela 5 – Variação anual do IPA-M, IPC-M, Taxa de Câmbio, PIB e Consumo das famílias – Brasil – 1995–1999

| Ano | Variação Anual % | | | | |
|------|------------------|-------|----------------|------|----------------------|
| | IPA-M | IPC-M | Taxa de Câmbio | PIB | Consumo das Famílias |
| 1995 | 6,39 | 25,91 | 13,88 | 4,22 | 8,71 |
| 1996 | 8,09 | 11,34 | 7,16 | 2,66 | 3,70 |
| 1997 | 7,78 | 7,21 | 7,35 | 3,27 | 3,13 |
| 1998 | 1,51 | 1,66 | 8,24 | 0,22 | -0,52 |
| 1999 | 28,90 | 9,12 | 52,89 | 0,79 | -1,02 |

Fonte: IBGE, 2000.

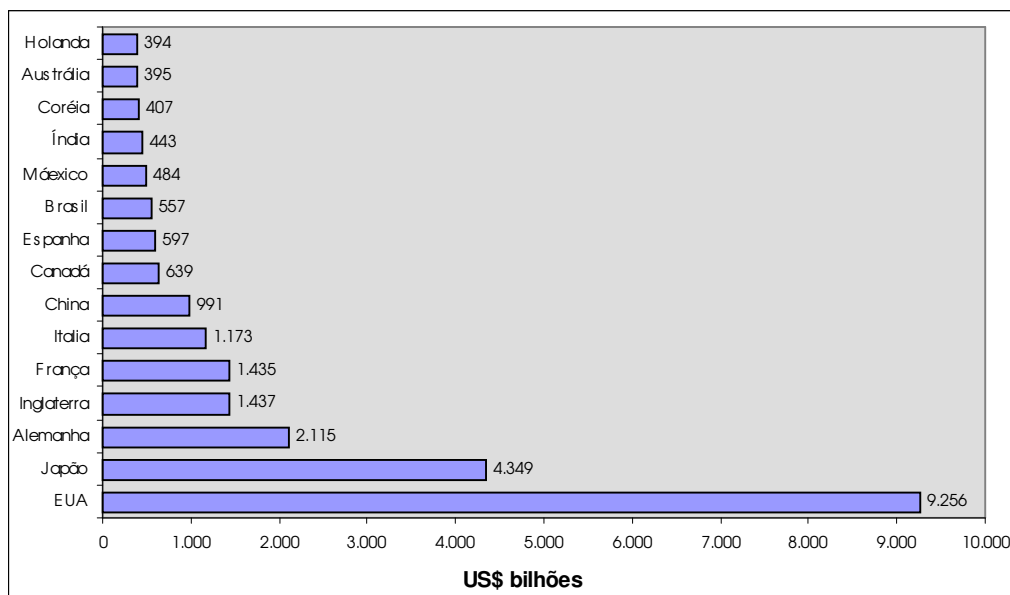
O Gráfico 12 aponta que, em 1999, o PIB *per capita* do Brasil foi superado na América Latina pelo da Argentina, do México e do Chile. Em relação ao *ranking* mundial, o Gráfico 13 apresenta o Brasil, em 1999, como o 10º PIB do mundo.

Gráfico 12 – PIB *per capita* – países selecionados, 1999 (em US\$)



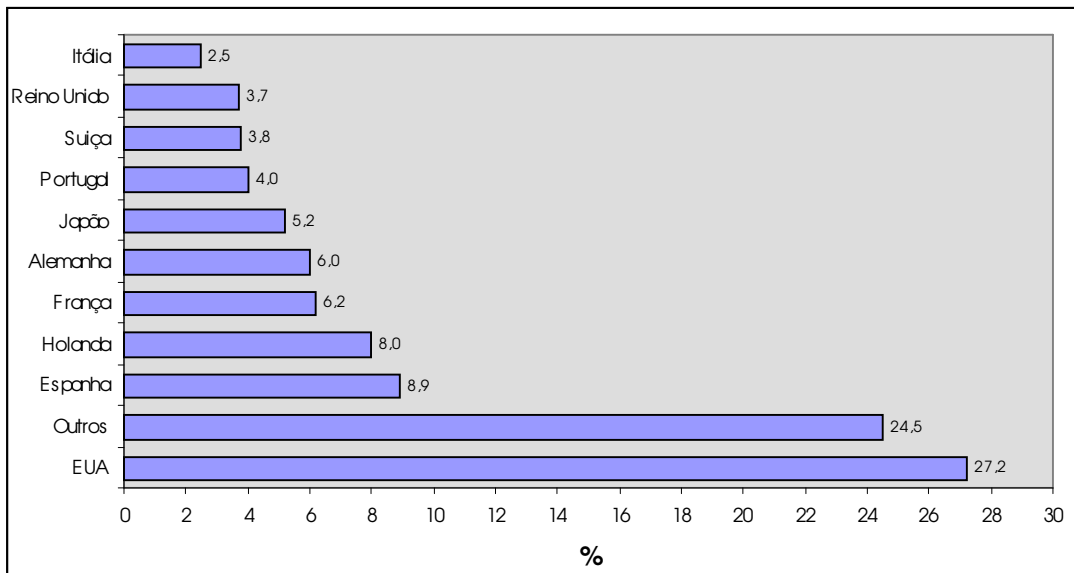
Fonte: PATRI, 2000

Gráfico 13 – PIB – *ranking* mundial, 1999



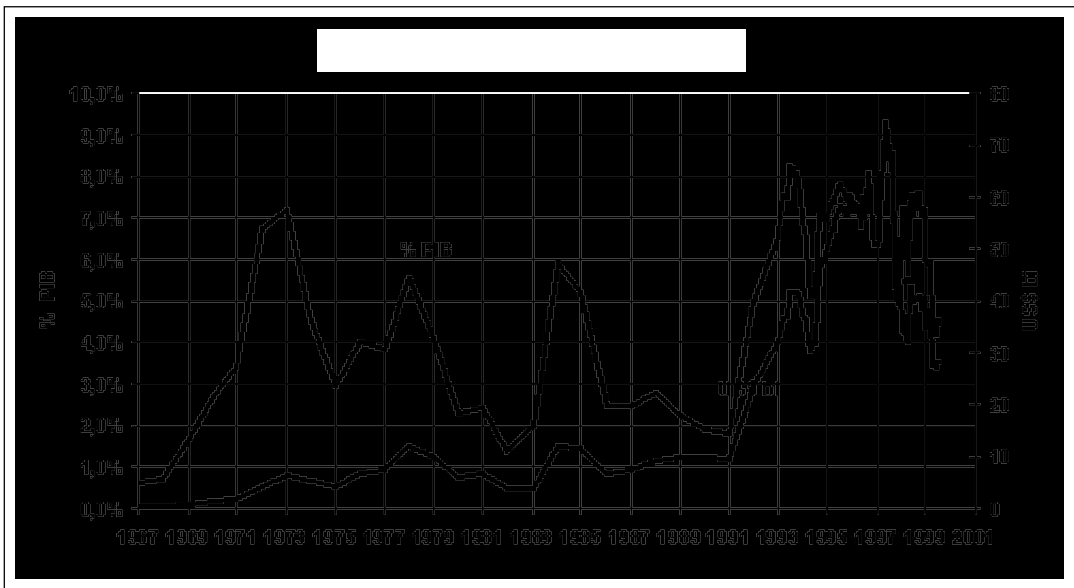
Fonte: PATRI, 2000

No Gráfico 14 vê-se que os Estados Unidos foram o país que mais amplamente realizou investimentos diretos no Brasil até 1999.

Gráfico 14 – Origem dos investimentos diretos externos do Brasil – (estoques em 1999)

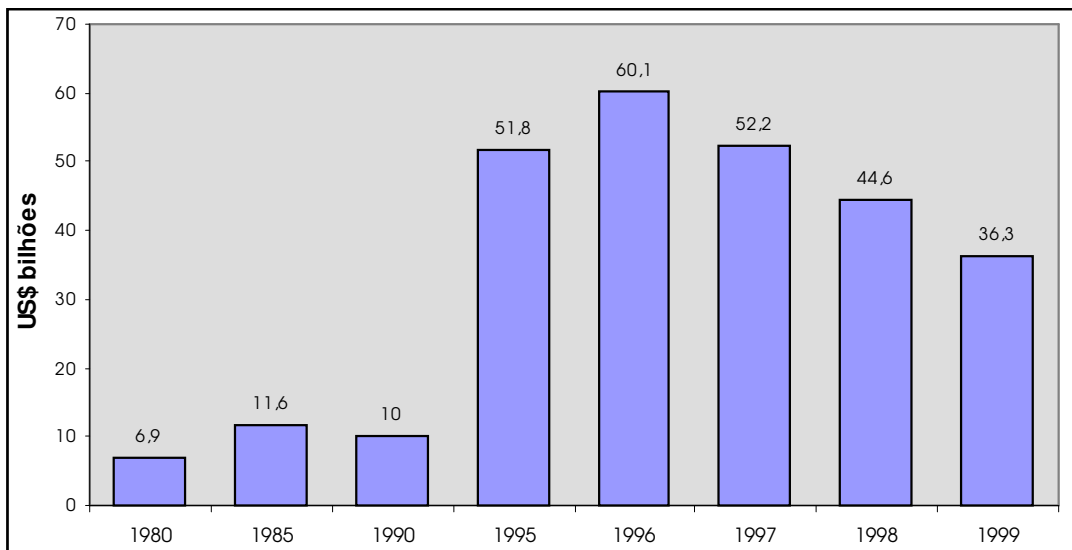
Fonte: PATRI, 2000.

A evolução das reservas internacionais do Brasil é demonstrada no Gráfico 15, de 1967 a 2001, e no 16, de 1980 a 1999. Sua análise permite constatar que houve, na década de 90, uma elevação acentuada das reservas internacionais devido à entrada de capitais externos atraídos pela abertura da economia brasileira e pelas privatizações de empresas estatais. No entanto, a partir de 1996, elas começaram a declinar.

Gráfico 15 – Reservas internacionais do Brasil, 1997–2001

Fonte: Banco Central, 2002.

Gráfico 16 – Reservas internacionais (conceito liquidez) do Brasil – 1990–1999

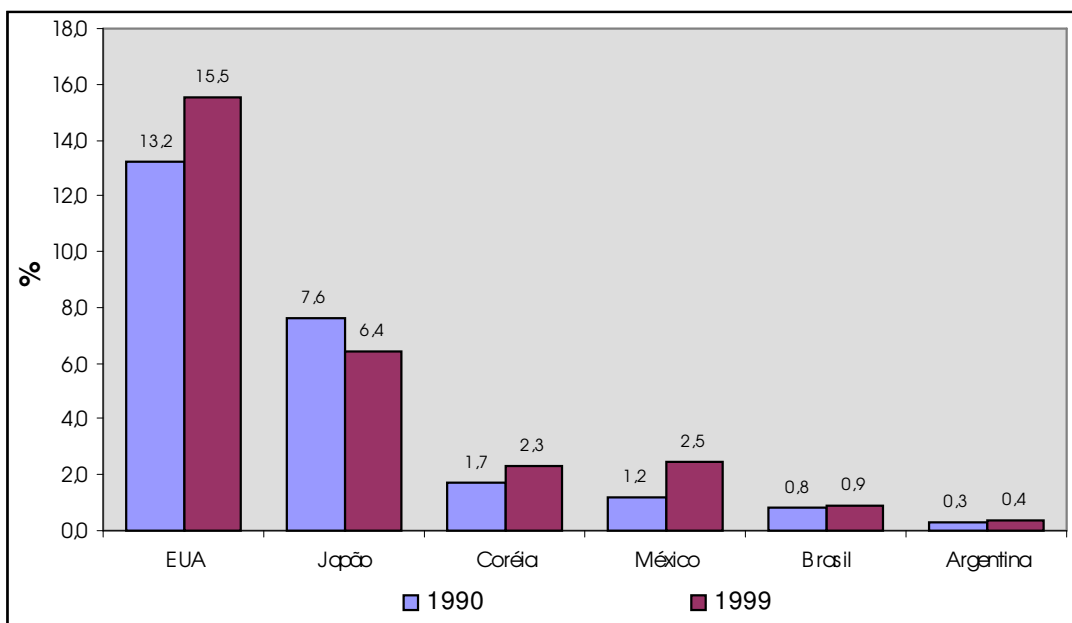


Fonte: PATRI, 2000.

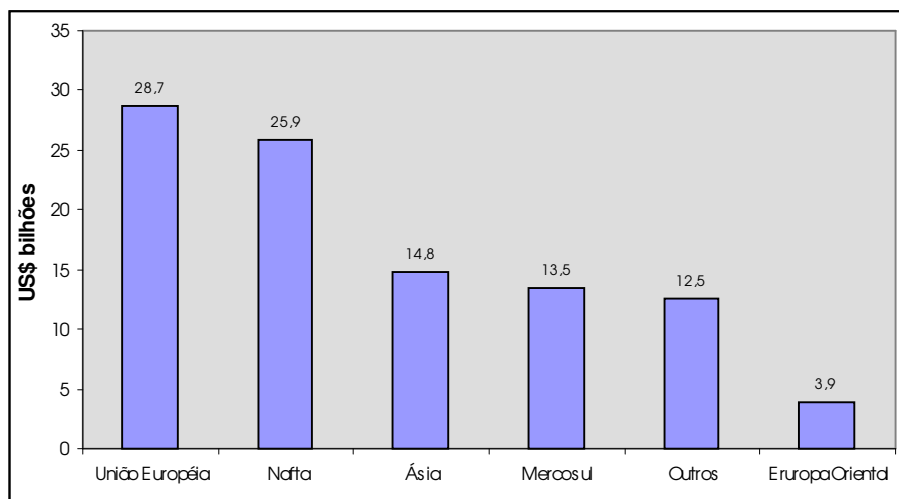
A participação do Brasil no fluxo de comércio mundial, em 1990 e 1999, foi muito pequena, inferior a 1% do fluxo do comércio mundial (Gráfico 17).

A União Européia, o Nafta, a Ásia e o Mercosul são, pela ordem, as regiões com as quais o Brasil manteve maior intercâmbio em 1999 (Gráfico 18).

Gráfico 17 – Participação do país no fluxo de comércio mundial – 1990–1999

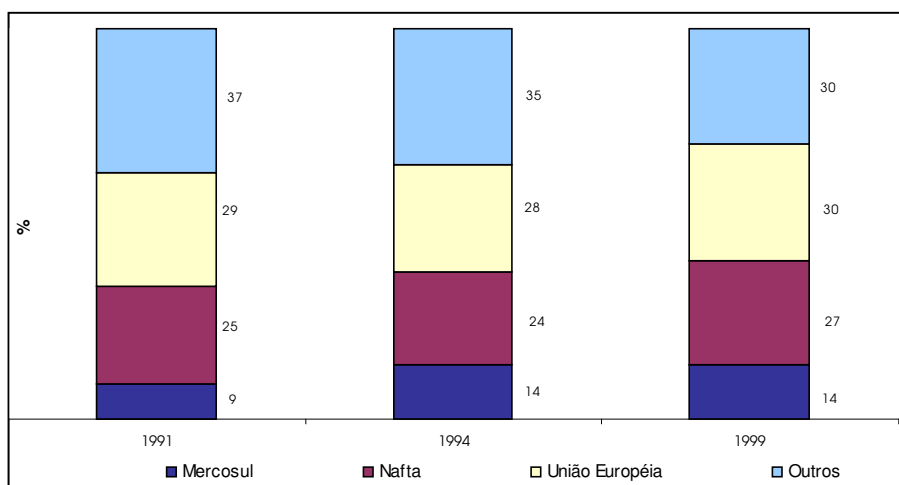


Fonte: PATRI, 2000.

Gráfico 18 – Comércio por regiões – 1999

Fonte: PATRI, 2000.

Pode-se verificar, no Gráfico 19, a evolução da participação do Mercosul no fluxo de comércio total do Brasil em 1991, 1994 e 1999.

Gráfico 19 – Participação do Mercosul no fluxo de comércio total do país – Brasil – 1991–1999

Fonte: PATRI, 2000.

4.5 PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL

Depreende-se do exposto que, nos 500 anos de história nunca se implementou um projeto progressista de desenvolvimento no Brasil que fosse sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental. Desde o descobrimento do Brasil até o presente momento, os projetos de

desenvolvimento implementados só contemplaram a dimensão econômica sem a necessária sustentabilidade. Nesse período, a grande maioria da população brasileira ficou marginalizada e apenas as classes dominantes usufruíram com exclusividade dos frutos gerados pela atividade econômica.

A análise da evolução da economia brasileira do Século XVI até 1930, que era baseada na atividade primário-exportadora, permite constatar que o processo de desenvolvimento econômico era dependente dos altos e baixos do mercado mundial. Essa situação fazia com que não se alcançasse a sustentabilidade necessária ao processo de desenvolvimento econômico no Brasil. Esse processo contribuiu também para que se acentuassem as desigualdades no desenvolvimento entre suas regiões, sobretudo entre o Sudeste e o Nordeste, onde se localiza o Estado da Bahia. De 1930 a 1970, o Brasil experimentou três grandes surtos de desenvolvimento, baseados no processo de industrialização, respectivamente, durante os governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e dos generais presidentes durante a ditadura militar que, também, não foram sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Do ponto de vista da ocupação territorial do Brasil, pode-se afirmar que ela apresentou duas dinâmicas: a primeira, quando a economia brasileira era primário-exportadora; e a segunda, quando a economia brasileira se tornou predominantemente industrial. Quando a economia brasileira era primário-exportadora, a ocupação do território se realizou, sobretudo no litoral, nas cidades portuárias através das quais os produtos de exportação tinham acesso ao mercado externo. A ocupação do interior do Brasil ocorreu, de um lado, por força da expansão da atividade pecuária e, de outro, com o surgimento de novas oportunidades primário-exportadoras.

Quando, a partir de 1930, o Brasil se tornou predominantemente industrial, a atividade produtiva passou a estar voltada, em grande volume, para o mercado interno; processou-se a construção de Brasília e a implantação da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações e acelerou-se o processo de urbanização e de integração da economia nacional. Essa integração se ampliou com o surgimento de diversos empreendimentos realizados no interior do país, fazendo com que houvesse uma desconcentração das atividades econômicas e da população do Brasil, antes concentradas praticamente nas grandes cidades do litoral.

Três aspectos precisam ser ressaltados quanto ao processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil: o primeiro diz respeito ao processo de industrialização que se realizou apenas

no Século XX, muito tardiamente em relação aos países líderes do capitalismo mundial; o segundo concerne às desigualdades regionais que se acentuaram com o processo de industrialização; o terceiro está relacionado com as desigualdades sociais que assumiram uma dimensão crítica, sobretudo na década de 1990 com a abertura da economia brasileira. A questão das desigualdades regionais e sociais existentes no Brasil será tratada no capítulo 5 a seguir.

Como pode ser constatada neste capítulo, a industrialização no Brasil deu seus primeiros passos, não em consequência do progresso técnico, da acumulação do capital por parte de empreendedores e do apoio do Estado às empresas locais como ocorreu nos países capitalistas avançados, mas resultou fundamentalmente da restrição a importar decorrente de problemas de balanço de pagamentos. Para fazer frente ao insuficiente progresso técnico existente no Brasil, os empresários brasileiros utilizaram a tecnologia desenvolvida nos países capitalistas avançados. Foram utilizados como recursos para investimentos as poupanças geradas internamente, bem como poupanças provenientes do Exterior. O fator decisivo para que a industrialização se realizasse no Brasil foi o papel desempenhado pelo Estado no apoio às empresas locais e como investidor através das empresas estatais.

Devido ao fato da industrialização no Brasil ter se processado fundamentalmente na região Sudeste, sobretudo em São Paulo, privilegiada pela ação do Estado brasileiro e devido a suas vantagens econômicas comparativas, foram ampliadas as desigualdades econômicas regionais entre os estados da região Sudeste e os demais estados do Brasil, sobretudo o Nordeste. A partir da década de 1950, houve tentativa governamental de reduzir as desigualdades regionais com a criação da SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDECO — Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e SUDESUL — Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e com a desconcentração espacial da indústria na década de 70 sem que se produzissem grandes mudanças conforme se demonstra neste capítulo e no capítulo 5.

Os diversos ciclos econômicos que caracterizaram o desenvolvimento do Brasil até 1930 consolidaram a força das oligarquias rurais que até o momento atual compartilham com a burguesia industrial e financeira o poder político nacional. O poder das oligarquias rurais se manifesta, sobretudo no Norte e Nordeste do Brasil, exercendo um papel altamente restritivo ao processo de desenvolvimento nacional. Ao contrário do que ocorreu no sul dos Estados

Unidos, onde as oligarquias dominantes, incapazes de promover seu desenvolvimento em nível sustentável, foram vencidas na segunda metade do Século XX pela ação governamental no desenvolvimento do *sun belt*, as oligarquias do Norte e Nordeste do Brasil reforçaram ainda mais seu poder, sobretudo no Estado da Bahia, aproveitando-se dos incentivos governamentais ao desenvolvimento dessas regiões.

Ressalte-se que o Brasil tem se caracterizado ao longo de sua história pela existência de restrições ao exercício das liberdades políticas, pela degradação social da maioria de sua população privada do acesso aos frutos do progresso econômico e pela agressão ao meio ambiente natural como é o caso da destruição da mata atlântica, dos cerrados, da floresta amazônica e da caatinga. De 1930 a 1970, os êxitos econômicos alcançados não foram acompanhados de sucessos nos planos político, social e ambiental, o que se deve em grande medida à fraqueza dos movimentos sociais, sobretudo das classes trabalhadoras no Brasil.

Quanto às desigualdades sociais existentes no Brasil, é preciso destacar que elas são consequência da fraqueza dos movimentos políticos e sociais ao longo de sua história. Ressalte-se que as grandes mudanças políticas ocorridas no Brasil não resultaram da ação política organizada de classes e segmentos sociais contrários às classes dominantes. A Independência em 1822, a Proclamação da República em 1889 e a Revolução de 1930, quando a burguesia industrial assumiu o poder no Brasil, foram eventos políticos em que as classes dominantes procuraram conciliar seus interesses à margem do conjunto da população.

A precarização das relações de trabalho, a favelização das cidades e a violência urbana que se registra na era contemporânea no Brasil refletem a incapacidade dos movimentos sociais de exigir das classes dominantes e do governo nos níveis federal, estadual e municipal concessões que se traduzam na adoção de políticas econômicas geradoras de emprego e renda e compensatórias do ponto de vista social ou na implantação do Estado de Bem-Estar Social, como ocorreu nos países da Europa Ocidental.

Apenas no final da década de 70, surgiu em São Paulo na região do ABC um movimento sindical forte e atuante sob a liderança de Lula, eleito presidente da República em 2002 que, além de lutar em defesa dos interesses dos trabalhadores, batalhou pelo restabelecimento das liberdades democráticas no Brasil. A presença desse movimento foi capaz de arrancar das classes dominantes algumas concessões em benefício da classe trabalhadora da região do ABC, mas foi insuficiente para fazer com que os frutos do desenvolvimento econômico registrados no Brasil, na década de 70, fossem compartilhados com a maioria da população

brasileira. Mais recentemente, o surgimento do MST — Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que luta em defesa da reforma agrária, bem como de inúmeras ONGs com múltiplos objetivos, sobretudo em defesa do meio ambiente, fazem com que haja o fortalecimento dos movimentos sociais e, em contrapartida, criem condições para que sejam arrancadas concessões das classes dominantes.

Os principais aspectos relacionados com os processos de desenvolvimento econômico e social do Brasil e de integração nacional e de seus impactos sobre o desenvolvimento do Estado da Bahia ao longo de 5 séculos estão sintetizados a seguir:

4.5.1 Síntese sobre o processo de desenvolvimento econômico

Dois fatos foram altamente relevantes para a economia brasileira nos últimos 25 anos do século XIX: 1) o aumento da importância relativa do trabalho assalariado com o fim da escravidão; 2) a gestação do mercado interno. Em 1930, criou-se uma situação praticamente nova na economia brasileira — a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação do capital.

No período 1929/33, altera-se o caráter principal do antigo padrão de acumulação (o “modelo primário-exportador” ou “de desenvolvimento para fora”), ou seja, a dominância que as exportações exerciam sobre a determinação do nível e do ritmo da atividade econômica do país passaria a segundo plano. A partir desse momento, seria a indústria o principal determinador do nível de atividade do que resultou no “deslocamento do centro dinâmico” da economia nacional.

O Estado brasileiro só assumiu o papel de mentor da política de desenvolvimento nacional de 1930 a 1970 durante os governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e dos generais presidentes na época da ditadura militar. Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, o amplo programa de investimentos públicos e privados realizados entre 1956 e 1961, quando foi implantada a indústria pesada e a de bens de consumo durável, modificou o padrão de dominação do mercado nacional. Reforçou, de um lado, a concentração industrial que se verificava em São Paulo e em regiões vizinhas e, de outro, exigiu maior complementaridade agrícola e industrial entre São Paulo e o restante do país.

No governo de Juscelino Kubitschek, acreditava-se que seria possível realizar o desenvolvimento do país a partir de um centro dinâmico único (no caso, São Paulo). O dinamismo desse centro, em círculos concêntricos cada vez mais amplos, acabaria por

contagiar as outras áreas e regiões do país. A prática demonstrou que essa tese era falsa, pois essa política contribuiu decisivamente para ampliar as desigualdades regionais existentes entre o Sudeste e as demais regiões do Brasil.

A industrialização do período de governo Juscelino Kubitschek fez-se com crescente participação do capital alienígena oligopolizado que, ao implantar seus investimentos, instalou-os com capacidade ociosa planejada, com vistas tanto à expansão do mercado paulista quanto à completa conquista do mercado nacional. As características principais da maioria dessas inversões — grande risco, grande porte, grande densidade de capital — fizeram com que se restringissem mais ao capital estrangeiro e, em parte, ao estatal, sendo poucas as chances do capital privado nacional penetrar nos segmentos industriais, sobretudo o das demais regiões do país.

Em meados da década de 50, a industrialização brasileira tomou novo rumo. Até esse momento, o processo de industrialização avançara sob a liderança da empresa brasileira. Desse momento em diante, o capital estrangeiro vai assumir, progressivamente, o controle dos ramos mais dinâmicos da economia brasileira. A partir de 1955 intensificou-se o processo de integração crescente da economia brasileira à estratégia do capitalismo internacional, começando pela integração de importantes setores da indústria, operando a interligação com a agricultura, crescentemente modernizada, e também com a mineração. Assim, o desenvolvimentismo vai acarretar elevado preço, em termos de perda de controle sobre os setores mais importantes da indústria do país, o que se amplia e aprofunda progressivamente para toda a economia brasileira.

O desenvolvimentismo do governo Kubitschek provocou desequilíbrios e pontos de estrangulamento na economia brasileira, tais como: 1) desequilíbrios na agricultura; 2) ampliação das desigualdades regionais; 3) desequilíbrios na infra-estrutura econômica e social.

As reformas fiscal e financeira associadas à mudança da política econômica e à política de arrocho salarial, concentrando ainda mais a distribuição de renda imposta pela ditadura militar sob o comando do general Castelo Branco, no período 1965/66, propiciaram a recuperação da economia brasileira a partir de 1967, basicamente via expansão do setor de bens de consumo durável, dando origem ao que se denominou de “milagre econômico”.

A partir de 1964, “os diversos governos militares que se sucederam aprofundaram a tríplice aliança entre o Estado, a burguesia nacional e o capital internacional, atraíram vultosos

investimentos diretos do exterior e captaram recursos em bancos internacionais para financiarem a expansão da atividade produtiva e da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações.

As políticas de incentivos às exportações a partir de 1964 promoveram grande modernização da agroindústria no Sul, São Paulo, Centro-Oeste, Minas Gerais e algumas áreas do Nordeste, especialmente no vale do rio São Francisco. Houve a implementação de 3 PNDs — Plano Nacional de Desenvolvimento nos governos Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

No governo Ernesto Geisel, com o II PND, foram definidos como objetivos completar a estrutura industrial brasileira, substituir importações de insumos básicos e bens de capital, superar os problemas cambiais resultantes da crise do petróleo com o desenvolvimento de projetos de carvão, não-ferrosos, álcool da cana, energia elétrica e petróleo implantados na década de 1970 em várias partes do país e contribuir para a desconcentração da atividade produtiva no Brasil.

Ressalte-se que aumentou substancialmente a presença do capital estrangeiro após 1968, o que é evidenciado, no lado financeiro, pelo crescimento da dívida externa e no lado real pela expansão da capacidade produtiva das firmas estrangeiras. Alguns críticos chamaram a atenção para o fato de que isso aumentou a dependência do país em relação ao exterior.

De 1980 a 1989, no período dos governos João Figueiredo e José Sarney, ocorreu uma profunda deterioração da situação econômica e social do Brasil. O modelo de desenvolvimento baseado no processo de substituição de importações, que atingiu o auge na década de 70, se esgotou no início dos anos 80 e nada se fez em toda essa década no sentido de reestruturar a economia brasileira em novas bases.

As décadas de 80 e de 90 marcam a mais longa e grave crise da história do Brasil contemporâneo. A recessão e a elevação do desemprego do início e do fim desse período assumiram uma dimensão até então desconhecida. A característica da economia brasileira que mais se evidencia é a de que a queda acentuada no ritmo de crescimento indica o esgotamento de um padrão que lhe conferiu impressionante dinamismo ao longo de todo o período da moderna industrialização, particularmente depois de meados da década de 1950.

A partir do governo Fernando Collor, em 1990, foi dado início ao processo de introdução do modelo neoliberal no Brasil, para facilitar o ingresso de capitais externos considerados

indispensáveis devido à insuficiência da poupança interna para financiar os investimentos, dando início ao desmonte do aparato institucional montado no país de 1930 a 1988.

Cabe observar que o Estado brasileiro não assumiu, durante os governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e dos generais presidentes na época da ditadura militar, o papel de mentor da política de desenvolvimento nos moldes daquelas adotadas no Japão, China, Taiwan e Coréia do Sul na segunda metade do Século XX.

A industrialização do Brasil não foi utilizada como um instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social e de superação da dependência do país em relação ao exterior, nos moldes das políticas adotadas pelo Japão, China, Taiwan e Coréia do Sul na segunda metade do Século XX.

A reforma agrária ainda não foi executada no Brasil com a urgência e eficácia necessárias para exercer o mesmo papel relevante que teve no desenvolvimento do Japão, Coréia do Sul e Taiwan na segunda metade do Século XX.

4.5.2 Síntese sobre o processo de integração nacional

Os sistemas de produção econômica implantados no Brasil desde a época colonial se estabeleceram ao longo do litoral devido às facilidades de acesso aos portos de embarque dos produtos exportados para o mercado exterior. Essa localização foi determinante do surgimento de inúmeras cidades onde se concentrava a maior parte da população brasileira.

A ocupação do interior do Brasil começou na época colonial. Quanto menos favoráveis eram as condições de produção dos diversos sistemas produtivos, maior era a tendência à emigração populacional para o interior, na busca da sobrevivência através da economia de subsistência com base na pecuária ou em outras atividades produtivas. As possibilidades da pecuária para receber novos contingentes de população, quando existe abundância de terras como no Brasil, são bastante grandes.

A integração da economia brasileira teve seu início com o ciclo do ouro, que possibilitou uma efetiva articulação da economia mineira com o Nordeste e entre as regiões de produção mineira e as diferentes regiões do sul do país através da pecuária. Essa integração prosseguiu com efetividade a partir de 1930 quando a atividade industrial se tornou dominante, o processo de urbanização se acelerou e se implantou a infra-estrutura de energia, transportes e comunicações para dar sustentação ao crescimento econômico.

O capital industrial sediado basicamente em São Paulo, elemento dominante no novo padrão de acumulação a partir de 1930, também seria dominante na propagação de seus efeitos. Integrar o mercado interno exigiu a eliminação de todas as barreiras existentes à movimentação econômica entre as regiões do país e o aumento do grau de interdependência regional através de um significativo aumento da complementaridade econômica inter-regional.

O capitalismo brasileiro que nasceu com o assalariamento da economia cafeeira do Oeste Paulista em 1880 só poderia se desenvolver necessariamente com a integração do mercado nacional e, para tanto, não poderia mais o Estado permitir que prevalecessem os interesses regionais como estava ocorrendo desde a proclamação da República. Integrar o mercado nacional com o desenvolvimento prioritário da indústria era a única opção do Brasil para não estagnar.

A política econômica do governo federal e o investimento público possibilitaram ao capital a remoção das principais barreiras à integração do mercado nacional a partir de 1930. O centralismo do período de Vargas abriu o caminho à completa unificação do mercado interno, o que era tanto mais importante quanto o elemento motor da economia passava a ser a atividade industrial. Foi graças a esse impulso centralizador que o Brasil se dotou definitivamente de um mercado interno integrado e capaz de autogerar o seu crescimento.

4.5.3 Síntese sobre os impactos do desenvolvimento do Brasil no Estado da Bahia

No período colonial, a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes que poderia ter atuado como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do país. No entanto, a existência de um mercado interno pouco expressivo tendeu a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso dinâmico. Devido a esse fato, a economia açucareira na Bahia não contribuiu para dinamizar o restante de suas regiões.

A Bahia teve sua economia profundamente modificada com o advento da produção do cacau que se iniciou na segunda metade do século XIX no sul do estado, fora, portanto, da região de Salvador e do Recôncavo onde a atividade primário-exportadora sempre esteve concentrada. Além disso, outro produto tradicional de exportação da Bahia — o fumo — apresentou relativa recuperação. A produção açucareira para exportação já havia praticamente desaparecido, nessa época, na Bahia.

O governo Juscelino Kubitschek acreditava que seria possível realizar o desenvolvimento do Brasil a partir de um centro dinâmico único (no caso, São Paulo). A visão que se tinha era de

que o dinamismo desse centro, em círculos concêntricos cada vez mais amplos, acabaria por contagiar as outras áreas e regiões do país. A prática demonstrou exatamente o contrário. O Nordeste brasileiro, incluindo o Estado da Bahia, foi uma das regiões mais prejudicadas com o intercâmbio comercial com o Sudeste, porque se acentuou o déficit comercial entre elas, o que, na prática, representava uma transferência de renda do Nordeste para o Sudeste do Brasil.

O desequilíbrio entre o Nordeste e a região Sudeste fez com que o governo Kubitschek constituísse o GTDN — Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e dele resultasse a criação da SUDENE que elaborou, em 1961, um plano quinquenal que se apoiava em transferências líquidas de fundos do Sudeste para o Nordeste, bem como em recursos proporcionados pelos Estados Unidos.

Foi sobretudo no governo Ernesto Geisel, com o II PND, que foram definidos como objetivos completar a estrutura industrial brasileira, substituir importações de insumos básicos e bens de capital, superar os problemas cambiais resultantes da crise do petróleo com o desenvolvimento de projetos de carvão, não-ferrosos, álcool da cana, energia elétrica e petróleo implantados na década de 1970 em várias partes do país, também no Estado da Bahia, e contribuir para a desconcentração da atividade produtiva no Brasil.

Os incentivos fiscais para estimular os investimentos em certas áreas geográficas (o mais conhecido é o Artigo 34/18 da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste) e em certos setores (como turismo e exportações) contribuíram indubitavelmente para a elevação da taxas de crescimento da economia nacional em geral e do Estado da Bahia em particular, na década de 70.

A criação da SUDENE no Nordeste com os incentivos fiscais intensificaram a migração do capital produtivo para região, especialmente para o Estado da Bahia.